

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE
AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR

EVELY FERREIRA DO NASCIMENTO

**A ATUAÇÃO DA MULHER NO CULTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR
VOLTADA À MERENDA ESCOLAR: ESTUDO ETNOGRÁFICO**

**UBERLÂNDIA
2021**

EVELY FERREIRA DO NASCIMENTO

**A ATUAÇÃO DA MULHER NO CULTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR
VOLTADA À MERENDA ESCOLAR: ESTUDO ETNOGRÁFICO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador- PPGAT- do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito obrigatório para conclusão do curso.

Linha de Pesquisa: Saúde do Trabalhador

Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Oliveira

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

N244	Nascimento, Evely Ferreira do, 1986-
2021	A Atuação da Mulher no Cultivo da Agricultura Familiar voltada à Merenda Escolar: Estudo Etnográfico [recurso eletrônico] : A Atuação da Mulher no Cultivo da Agricultura Familiar voltada à Merenda Escolar / Evely Ferreira do Nascimento. - 2021.
<p>Orientador: João Carlos de Oliveira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.166 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p>	
<p>1. Geografia médica. I. Oliveira, João Carlos de , 1960-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. III. Título.</p>	
CDU: 910.1:61	

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 3E, Sala 128 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: 34-3239-4591 - www.ppgat.ig.ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR			
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, número 93, PPGAT			
Data:	08/02/2021	Hora de início:	14:00hs	Hora de encerramento:
Matrícula do Discente:	11912GST025			
Nome do Discente:	Evely Ferreira do Nascimento			
Título do Trabalho:	"A atuação da mulher no cultivo da agricultura familiar voltada a merenda escolar: estudo etnográfico",			
Área de concentração:	SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR			
Linha de pesquisa:	SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR			
Projeto de Pesquisa de vinculação:				

Reuniu-se em web conferência pela plataforma (<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/joao-carlos-de-oliveira>), em conformidade com a PORTARIA Nº 36, DE 19 DE MARÇO DE 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, assim composta: Professores Doutores: Prof. Dr. Eguimara Felício Chaveiro-UFG (externo) ; Prof. Dr. Cristiane Betelho FAGEN - UFU; e João Carlos de Oliveira - ESTES-UFU; orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Prof. Dr. João Carlos de Oliveira, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos de Oliveira, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 08/03/2021, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO, Usuário Externo**, em 08/03/2021, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Betanho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/03/2021, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2621808** e o código CRC **51DF904B**.

Referência: Processo nº 23117.015923/2021-97

SEI nº 2621808

Criado por [winston.bacelar](#), versão 3 por [winston.bacelar](#) em 08/03/2021 17:17:24.

RESUMO

Este trabalho pretende registrar a atuação das mulheres na agricultura familiar, buscando a importância social desta atividade, sua funcionalidade e suas possíveis contribuições para fortalecimento do direcionamento de alimentos orgânicos à merenda escolar. Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, de caráter qualitativo, com o referencial metodológico da etnografia. Os instrumentos para a construção dos dados são: entrevistas, diário de campo e registros fotográficos. O objetivo deste estudo visa compreender a cultura do grupo de mulheres pertencentes ao assentamento Celso Lucio Moreira da Silva na área rural de Uberlândia no estado de Minas Gerais, produtoras de agricultura familiar, demonstrando a necessidade do direcionamento desses alimentos para a merenda escolar pública em Uberlândia, MG. As participantes são mulheres assentadas que participam da agricultura familiar.

Palavras-chave: Mulheres Trabalhadoras; Agricultura Familiar; Assentamentos Rurais; Merenda Escolar.

ABSTRACT

This work intends to register the performance of women in family farming, seeking the social importance of this activity, its functionality and its possible contributions to strengthen the directing of organic foods to school lunches. It is a descriptive exploratory research, of a qualitative character, with the methodological framework of ethnography. The instruments for the construction of the data are: interviews, field diary and photographic records. The objective of this study is to understand the culture of the group of women belonging to the Celso Lucio Moreira da Silva settlement in rural Uberlândia in the state of Minas Gerais, producers of family agriculture, demonstrating the need to target these foods for public school lunches in Uberlândia , MG. The participants are settled women who participate in family farming.

Keywords: Working Women; Family farming; Rural Settlements; School lunch

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SUPRA - Superintendência de Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MIRAD - Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PROEXC/UFU - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia
Cieps - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TAPUI - Termo de Autorização para Uso de Imagem
CNS - Conselho Nacional de Saúde
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
COOPERSAFRA - Cooperativa de Economia Popular Solidaria da Agricultura Familiar
Reflorestamento e Agroecologia
AMA - Associação de Mulheres Artesãs
AFAGA – Agricultura Familiar e Grupo de Afinidade
Pnater - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TDA - Títulos da Dívida Agrária
ONGs - Organizações Não-Governamentais
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização Geográfica do Assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva e da Fazenda Carinhosa	37
---	----

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

SUMÁRIO

1. Introdução -----	20
2. Problema -----	25
3. Hipótese -----	25
4 Objetivos da Pesquisa -----	26
4.1 Objetivo Geral -----	26
4.2 Objetivos Específicos -----	26
5. Metodologia -----	26
5.1. Tipo de Estudo -----	26
5.2. População – Tamanho da Amostra -----	27
5.3. Critérios de inclusão e exclusão -----	28
5.4. Plano de recrutamento, procedimentos e instrumentos de coleta de dados -----	28
5.5. Metodologia da Análise dos Dados -----	29
5.6. Riscos / Benefícios -----	29
5.7. Considerações Éticas -----	30
6. Capítulo I – As questões rurais e agrárias diante da produção -----	31
7. Capítulo II – As questões das mulheres diante de um sistema produtivo excludente e inclusivo -----	38
8. Capítulo III – As normas de um sistema produtivo excludente e inclusivo e desafios -----	42
Referências -----	45
APÊNDICE -----	50
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -----	50
Apêndice B - Termo de Autorização para Uso de Imagem -----	52
Apêndice C – Instrumento de Coleta de Dados -----	54
ANEXOS -----	
Anexo 2 - Parecer do Comitê de Ética -----	63
Anexo 3 - Capítulo de Livro Publicado -----	63
Anexo 4 - Artigo proposto para submissão e publicação -----	63

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o resultado da pesquisa de mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador realizada no Assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva, na Fazenda Carinhosa, a 26 km do centro de Uberlândia-MG, no distrito de Miraporanga.

A concentração fundiária do país remonta a 1530, com a criação das capitania hereditárias e do sistema de sesmarias - glebas distribuídas pela Coroa Portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Iniciavam-se assim os latifúndios no país (INCRA, 2019).

De acordo com Delgado e Bergamasco (2017) a Reforma Agrária no Brasil sempre foi um tema polêmico, desde os primeiros debates acerca do tema, nos anos 1950, diferentes sujeitos, em diferentes posições no campo político, expressaram – mais ou menos formalizadamente suas posições favoráveis e contrárias a reforma agrária, cujas mobilizações de forma mais organizada ganharam dimensão nacional nos anos de 1950 e início de 1960.

Anos depois, surgiu no Nordeste as Ligas Camponesas e o Governo Federal criou a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). Ambas foram combatidas pelo *establishment* (ordem política e econômica), dentro do quadro que resultou no regime militar de 1964. Contradicoriatamente, logo no início, o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no País. O Estatuto da Terra é editado pela Lei nº 4.504, de 1964 (BRASIL, 1964) e são criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à SUPRA (INCRA, 2019).

Posteriormente, em 4 de novembro de 1966, foi instituído através do Decreto nº 59.456 o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 1966). Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da junção do IBRA com o INDA (BRASIL, 1970).

Em 1985, o Decreto nº 97.766, de 10/10/1985, instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta de destinar cerca de 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad), porém, quatro

anos depois os números alcançados foram modestos perante a meta: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares (BRASIL, 2010).

Esses números ecoaram o intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte. Do embate, resultaram a extinção do Incra, em 1987, e a do próprio Mirad, em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou, então, para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguira. A questão foi, então, vinculada diretamente à Presidência da República com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o Incra (INCRA, 2019).

Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão ao qual o Incra foi vinculado até a extinção do ministério estabelecida pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016. O Incra foi vinculado inicialmente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e, posteriormente, à Casa Civil da Presidência da República, conforme Decreto nº 8.760, de 27 de maio de 2016, revogado pelo Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016. Por força do Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, o Incra está vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (INCRA, 2019).

Dentre os diversos objetivos da atuação do INCRA, destaca-se o processo de assentamentos de terras, que ocorre por etapas, conforme destacado por Tsukamoto e Asari (2003):

Com a posse da terra, via assentamento rural, é necessário que estes produtores entrem na conquista do mercado. Nesse sentido, é necessário que haja uma política de apoio à viabilização econômica dos assentamentos. Lembre-se que o PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) foi extremamente importante para a implantação dos assentamentos, pois se fazia o repasse das verbas para o custeio da produção. Este programa foi extinto pelo governo federal na tentativa de substituí-lo pelo Banco da Terra. O crédito é essencial, mas há que se salientar o papel do INCRA e da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), para monitorar as ações dos produtores que estão se (re) iniciando na atividade agrícola (TSUKAMOTO; ASARI, 2003).

Diante do exposto, Valadares e Galiza (2016) destacam que a Constituição Federal de 1988 promoveu um avanço ao estender também às trabalhadoras rurais

os direitos trabalhistas, reconhecendo-as como trabalhadoras rurais e não apenas como dependentes de seus companheiros.

Para Bergamasco e Norder (1996) assentamentos rurais podem ser definidos como unidades de produção agrícola, criadas por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017) em uma projeção de atuação de 2003 a 2015, apresenta que foram assentadas no período de 2003 até 2006, 381,4 mil famílias (2003/2006), 232,6 mil famílias (2007/2011) e no período de 2011-2015, foram assentadas 133,6 mil famílias no Brasil, demonstrando um declínio no número de famílias assentadas pelo INCRA neste país.

Ainda conforme dados do INCRA, atualmente existem 1.348.484 famílias assentadas desde o início do Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo que 973.451 famílias vivem atualmente em assentamentos e áreas reformadas, totalizando 9.394 assentamentos em todo o país que ocupam uma área de 88.276.525,7811 hectares (INCRA, 2019).

Diante do exposto, pretende-se com este estudo, registrar a atuação da mulher na agricultura familiar, buscando a importância social desta atividade, sua funcionalidade e suas possíveis contribuições para fortalecimento do direcionamento de alimentos orgânicos à merenda escolar.

Para isso optou-se pelo método de pesquisa qualitativo e interpretativo, a etnografia. A qual segundo Mattos (2011):

Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos, por exemplo: uma escola toda ou um grupo de estudo em uma determinada sala de aula (MATTOS, 2011).

De acordo com Macedo e Macedo de Sá (2018), a abordagem etnográfica possibilita ao pesquisador uma atividade diária na conduta de uma investigação que aborda questões teórico-metodológicos e, também, termos éticos e políticos objetivando aprender com os sentidos e significados dos envolvidos na pesquisa e sua dinâmica cultural.

Observa-se que no campo da etnografia, a pesquisa deve ser realizada por meio do contato, em busca de uma interação prolongada na temporalidade e na pluralidade dos espaços grupais e sociais vivenciados dia a dia pelos sujeitos (ROCHA; ECKERT, 2008).

Para Freitas Junior, Oliveira; Gabriel (2019), a etnografia consolidou-se como uma atividade ao ar livre, uma investigação *in loco*, e os seus recursos vão além de levantamentos superficiais, aleatórios e desconexos, pois permitem a criação de conectores entre os elementos mapeados, possibilitando o entendimento de sua relevância e pertinência, conferindo uma dimensão analítica ao processo.

De acordo com Carvalho; Schneider (2013), as mulheres, quando se organizam, ganham diferentes espaços e, ao mesmo tempo, surgem necessidades de mudanças nas estratégias de produção e reprodução da força de trabalho.

No entanto, Weitzman (2011) em seu estudo, apresenta críticas à forma como têm ocorrido às iniciativas de organização das mulheres nos assentamentos rurais, demonstrando que há uma dificuldade histórica para considerar o papel da mulher enquanto produtora de alimentos, bens e serviços, o que fica evidente pela tendência em concentrar o apoio às iniciativas das mulheres naquelas atividades que reforçam seu papel na unidade doméstica.

Partimos do entendimento de que a vida das agricultoras está envolta em uma totalidade de determinações sócio ambientais econômicas e políticas que vão muito além da sua história pessoal (CARVALHO, 2013).

Os autores Silva; Ribeiro (2004) destacam que as atividades femininas na agricultura familiar são sempre subestimadas, uma vez que as mulheres, nas atribuições de gêneros, são responsabilizadas pela produção social do grupo. Logo, as atividades produtivas que elas realizam são consideradas “ajuda” àquelas que são desenvolvidas pelos homens.

Em seu estudo, Mendes et al. (2014) demonstram a necessidade das trabalhadoras rurais discutirem sobre as desigualdades de gêneros, a invisibilidade e a necessidade de valorização de seus trabalhos na agricultura familiar, bem como mudanças nas políticas públicas, de maneira a valorizar a contribuição dessas mulheres no desenvolvimento local e regional de maneira sustentável.

Para Minayo (2011), durante a Conferência Mundial sobre Ciência, ocorrida em Budapeste, no ano 1999, os cientistas reforçaram que: a) a ciência deve estar a

serviço de toda a humanidade; b) a ciência deve contribuir para o conhecimento mais profundo da natureza e da sociedade; c) a ciência deve contribuir para a qualidade de vida e para criar um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras.

Observa-se na literatura que a maioria dos estudos realizados no Brasil sobre mulheres rurais buscaram considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização. Tendo em vista que estes estudos revelem aspectos relacionados à situação de desigualdade enfrentada por estas mulheres, bem como a sua importância nas atividades agrícolas e o seu papel na reprodução social das famílias rurais, ainda existem lacunas quanto às circunstâncias opostas e às alternativas a essa desigualdade (SILVA et al., 2010).

O município de Uberlândia localiza-se na região do Triângulo Mineiro, estando a 543 Km a oeste da capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população deste município é de 604.013 habitantes/mil, apresentando um coeficiente demográfico de 146.78 hab/km² e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0.789, cuja mortalidade infantil é de 10,03 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2019).

Sendo assim, esse estudo pretende contribuir para com as ações voltadas à mulher na agricultura familiar e ao fornecimento de alimentos de qualidade aos estudantes da rede pública de ensino de Uberlândia - MG, afim de que estes promovam um entendimento de sua real condição, e, fazer com que essas mulheres compreendam a importância da sua função/atividade na agricultura familiar.

No intuito de estimular a agricultura familiar na região, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (PROEXC/UFU), criou o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/UFU), que tem como finalidade "assessorar, por meio da extensão, em indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, coletivos populares que geram trabalho e renda a partir dos princípios da Economia Popular Solidária" (CIEPS, 2019).

O Cieps/UFU assessorava trabalhadores que querem organizar iniciativas produtivas a partir dos princípios da Economia Popular Solidária e, no caso das organizações camponesas, apoia a promoção da transição agroecológica desses grupos e tem como importância, contribuir e orientar os produtores familiares quanto

à utilização do método da agricultura orgânica, demonstrando os benefícios desta produção (CIEPS, 2019).

Os assentamentos/produtores incubados pelo Cieps/UFU recebem as sementes necessárias para o plantio, o acompanhamento do plantio conforme a legislação de produção de orgânicos e receberão também, auxílio de agrônomos da UFU, através de projetos da Universidade, com o intuito de garantir a utilização de forma correta do sistema agroecológico na produção. Os agricultores deverão reproduzi-las para os próximos plantios e para trocar com outros agricultores (CIEPS, 2019).

Este estudo se faz importante na medida em que se ancora em uma temática não muito explorada atualmente, conforme observado na revisão preliminar de literatura, podendo até mesmo, contribuir para a expansão da agricultura familiar liderada por mulheres, além da melhoria da merenda escolar, intervindo na qualidade de vida destes estudantes.

Entendermos que o contexto da agricultura familiar em Uberlândia-MG, favorece o desenvolvimento de práticas e encaminhamento de produtos provindos da agricultura familiar para merenda escolar.

2. PROBLEMA

Esta pesquisa tem como ponto de partida os contextos de atuações das mulheres trabalhadoras rurais, especificamente nos assentamentos de agricultura familiar, composta, majoritariamente, por trabalhadores e empreendedores homens.

Neste sentido, esta pesquisa pautou-se na busca dos esclarecimentos dos seguintes questionamentos:

- 1) em que medida os estudos e pesquisas etnográficos podem contribuir para compreender as lutas das mulheres agricultoras na produção orgânica?
- 2) em que medida a organização e produção delas podem atender ao fornecimento de produtos para o erário público em Uberlândia?

3. HIPÓTESE:

A agricultura familiar permite compreender a dinâmica das relações de produção nos assentamentos, especialmente naquelas unidades em que há o trabalho/protagonismo feminino.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

- Compreender o cotidiano das mulheres produtoras de agricultura familiar. Evidenciando a dinâmica da produção, as relações de gênero no contexto dos assentamentos e o modo como a produção é realizada e escoada.

4.2. Objetivos específicos

- Descrever, por meio de estudos etnográficos, o cotidiano das mulheres assentadas que atuam na agricultura familiar;
- Demonstrar a importância social da agricultura familiar;
- Relatar os benefícios do consumo de alimentos orgânicos;
- Apresentar uma proposta para um possível direcionamento desses alimentos para a merenda escolar pública em Uberlândia, MG.

5. METODOLOGIA

5.1. Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, de caráter qualitativo, por meio de entrevistas e observações de modos de comportamentos (abordagem etnográfica), que será realizada com o grupo de mulheres pertencentes ao assentamento Celso Lucio Moreira da Silva, instalado na zona rural do município de Uberlândia-MG.

As pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2006).

A pesquisa etnográfica dentre outros procedimentos para a coleta de dados, possibilita a estruturação de mapas, sensos do campo, construção de genealogias,

realização de entrevistas, rompimento do estranhamento e, principalmente, a descrição das observações em um diário de campo (FREITAS JUNIOR; OLIVEIRA; GABRIEL, 2019).

O caráter etnográfico se dá pelo fato de que a pesquisadora, de certo modo, “frequenta” alguns dos locais (espaços/territórios), em que trabalham as mulheres agricultoras, por exemplo, a “Feirinha Agroecológica da UFU”, onde possui dois momentos de exposição e venda dos seus produtos, colocando-se como observadora atenta no campo de pesquisa, utilizando-se de recursos de diário de campo para relatar o cotidiano das sujeitas da pesquisa; realiza uma observação direta do espaço de convivência.

Com relação a estudos de gênero, Costa (2013) destaca que a pesquisa empírica é indispensável para identificar o movimento de constituição de sujeitos históricos, refletindo sobre as transformações pelas quais passaram e como criaram suas práticas cotidianas.

5.2. População – Tamanho da Amostra

As participantes da pesquisa foram mulheres, agricultoras familiares residentes no assentamento Celso Lucio Moreira da Silva instalado na zona rural do município de Uberlândia.

O assentamento Celso Lucio Moreira da Silva tem a participação de 12 mulheres, considerando erro de 5%. O número de participantes da pesquisa foi definido previamente, mediante cálculo utilizando a estimativa do erro amostral para a população total de 12 participantes, tolerando-se um erro amostral de 5%, segundo a equação (BARBETTA, 2002).

O número de participantes foi determinado pela técnica de amostragem por saturação teórica de dados, ou seja, a finalização de dados se concretiza a partir do momento em que se observa que novos dados não são mais evidenciados para fornecer subsídios à teorização almejada, iniciando deste modo a repetição de informações que respondem às inquietações e ao objetivo da investigação (PIRES, 2008; FONTANELLA, 2011).

5.3. Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídas no estudo as mulheres que participam da agricultura familiar junto ao assentamento Celso Lucio Moreira da Silva na cidade de Uberlândia, independente de sua cidade de origem e idade. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A) e Termo de Autorização para Uso de Imagem (Apêndice B)

Excluiu-se desse estudo as mulheres que em qualquer momento declararam não querer participar da pesquisa, menores de idade, mulheres que se dedicam exclusivamente ao cuidado domiciliar e familiar e Mulheres que exerçam outra atividade remunerada que não seja vinculada à produção na agricultura familiar.

5.4. Plano de recrutamento, procedimentos e instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada exclusivamente pela acadêmica pesquisadora. Por se tratar de trabalho etnográfico, as pessoas presentes no campo, foram comunicadas da presença da pesquisadora, em seguida as participantes que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Termo de Autorização para Uso de Imagem (TAPUI), em duas vias, sendo que, uma ficou com a participante da pesquisa e a outra foi arquivada com a Pesquisadora, por cinco anos.

Associados à idéia de que os instrumentos da pesquisa podem ser variados e diversos de acordo com o objetivo e a criatividade do pesquisador, serão utilizados dois para a coleta de dados: Diário de Campo e registro fotográfico.

De acordo com Weber (2009), o diário de pesquisa de campo possibilita ao pesquisador(a) não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos observados e ao observador e esclarecer a atitude deste nas intenções com aqueles.

Segundo Rios et al. (2016), a produção do conhecimento científico na contemporaneidade possui marca notória de pluralidade no que tange às técnicas, dadas ao avanço tecnológico que permite ampla variação dos meios com que o homem descobre, interage e comprehende os objetos do saber.

Para Santos (2000), infere-se que ora a fotografia se apresenta como fonte de dados em si mesma, ora como objeto de pesquisa, mas que também pode ser instrumento e resultado.

Monteiro (2006) estabelece para a análise das imagens fotográficas cinco categorias espaciais que abrangem tanto o plano do conteúdo (significante visual) quanto o da expressão (significado propriamente), servindo como método de interpretação:

- a) Espaço fotográfico: recorte espacial processado pela fotografia (tamanho, formato, enquadramento, nitidez e o produtor);
- b) Espaço geográfico: espaço físico representado na fotografia (local retratado, ano e atributos da paisagem);
- c) Espaço do objeto: compreende os objetos fotografados;
- d) Espaço de figuração: compreende as pessoas retratadas, a natureza deste espaço, a hierarquia das figuras e outros atributos;
- e) Espaço de vivência: tema da foto (MONTEIRO, 2006)

De acordo com Flick (2004), o termo campo corresponde à instituições, culturas, grupos, indivíduos ou empresas e o acesso ao campo de estudo é uma questão crucial na pesquisa qualitativa, demandando do(a) pesquisador(a) um contato mais próximo e intenso com o objeto de análise.

5.5. Metodologia da Análise dos Dados

Na pesquisa qualitativa, os dados obtidos foram registrados por meio de anotações do cotidiano dessas mulheres observados pela pesquisadora e após, essa rotina foram transcrita e feita a dissertação.

5.6. Riscos / Benefícios

Embora a pesquisa não utilize métodos danosos à dimensão física, psíquica, intelectual, moral, social, cultural ou espiritual do participante, existe o risco da identidade do mesmo ser revelada. Porém, os pesquisadores se comprometem a não divulgar dados que possam servir como identificação. Os resultados da pesquisa serão divulgados de forma coletiva, e as fotos só farão parte da documentação da pesquisadora.

Os pesquisadores foram os únicos que tiveram acesso aos dados e tomaram todas as providências necessárias para manter o sigilo. A identidade do participante não foi revelada em nenhum momento, sendo o mesmo identificado utilizando um código criado aleatoriamente pela pesquisadora sem relação com o seu nome ou quaisquer outros dados (sem utilização das iniciais ou outros itens que poderiam identificá-lo). As entrevistas transcritas aconteceram no Assentamento Celso Lucio Moreira da Silva, na cidade de Uberlândia, onde estavam presentes para realização de suas atividades diárias.

Este estudo contribui para os conhecimentos científicos e práticos multiprofissionais, bem como, auxiliou no planejamento e na implementação de intervenções para a manutenção e/ou para a melhoria da agricultura familiar.

5.7.Considerações Éticas

Após o convite e aceitação para participar da pesquisa, foi entregue aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Termo de Autorização para Uso de Imagem (TAPUI), de acordo com as diretrizes da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde do Brasil.

Durante a pesquisa ficou garantido o sigilo e o anonimato a todos, com a inclusão de um código em cada questionário respondido. O TCLE e o TAPUI foram constituídos por duas cópias, sendo uma pertencente ao entrevistado, a fim de que tivessem acesso ao telefone dos pesquisadores; e a segunda via foi arquivada pelos pesquisadores. Os participantes foram relacionados com número/código, evitando assim a identificação dos mesmos.

CAPÍTULO I

AS QUESTÕES RURAIS E AGRÁRIAS DIANTE DA PRODUÇÃO

AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL

A agricultura familiar é uma atividade econômica prevista na legislação brasileira, por meio da Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Por esta são considerados agricultores e agricultoras familiares àqueles cidadãos e cidadãs que desenvolvem as práticas no meio rural e atendam a quatro critérios específicos, citados no artigo terceiro:

- I - Detenham área de até quatro módulos fiscais (a medida varia de município para município);
- II - Utilizem predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas rurais;
- III - Tenham renda familiar mínima originária de atividades econômicas rurais em seu estabelecimento e/ou empreendimento; e
- IV- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006)

Deste modo, o segmento da agricultura familiar é integrado por assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, piscicultores, silvicultores, extrativistas e outros (BRASIL, 2006).

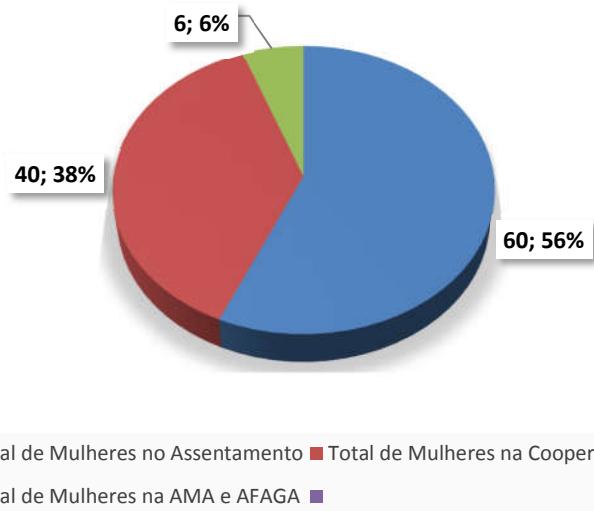
Apartir de 2003, o Programa Nacional de Reforma Agrária do Incra (Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária), ampliou os direitos das mulheres à terra. Da inscrição de candidatos até a seleção dos beneficiários e beneficiárias da Reforma Agrária, passaram a ser incluídos, em caráter obrigatório, os nomes da mulher e do homem, independente de estado civil. As famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na titulação da terra (BRASIL, 2010).

Desde então, o índice de mulheres titulares de lotes da reforma agrária aumentou de 24,1% em 2003 para 55,8% em 2007, e o total de mulheres chefes de família em relação ao total de beneficiários/as passou de 13,6% para 23% no mesmo período (FRANÇA, 2009).

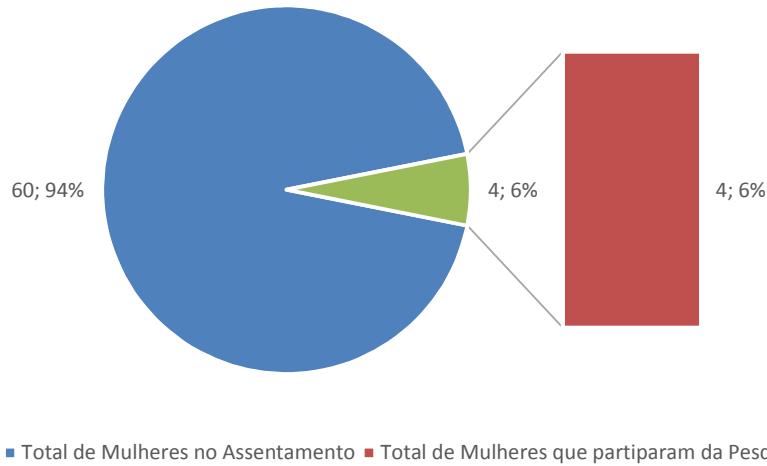
Esta pesquisa, realizada no Assentamento Rural Celso Lúcio Moreira da Silva, contou com a participação de 04 (quatro) mulheres que residem no assentamento e desenvolvem as atividades de agricultura familiar, grupo de artesanato, feira solidária, participando também do plantio, colheita e venda da produção na feira.

O assentamento tem 60 mulheres residentes, sendo que destas, 40 mulheres estão vinculadas na Coopersafra - Cooperativa de Economia Popular Solidaria da

Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia, 06 mulheres estão vinculadas a Associação AMA - Associação de Mulheres Artesãs e AFAGA – Agricultura Familiar e Grupo de Afinidade, conforme apresentado no gráfico abaixo:



Com relação a participação na pesquisa, do total de 60 mulheres residentes no Assentamento, somente 04 mulheres aceitaram participar desta pesquisa



As mulheres participantes da pesquisa, relataram em suas falas a importância da agricultura familiar, conforme transcrito abaixo:

“A agricultura familiar é muito importante, porque se morámos na roça podemos plantar nosso próprio alimento. E quando vendemos é para comprar outros alimentos que não produzimos.” (001)

“É muito importante para todos nós” (002)

“A agricultura família é muito importante na sociedade, é quem leva o alimento a mesa do cidadão que está na cidade, como diz o ditado “se o trabalhador não planta, o homem da cidade não janta”” (004)

As políticas de apoio às produções dirigidas às mulheres rurais promoveram o seu reconhecimento como sujeitos sociais na economia rural e ampliaram seu acesso a esses serviços. Por intermédio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) – Setorial Mulheres, entre 2004 e 2009, mais de 31 mil mulheres foram beneficiadas e 16 milhões de reais foram investidos. Para qualificar as demandas das mulheres, foi criada ainda Rede ATER para Mulheres (FRANÇA, 2009).

1.1. Economia agrícola e não agrícola

Desde os primórdios da colonização portuguesa até os tempos atuais, percebe-se que a agricultura é um dos esteios da economia brasileira. Há tempos que o setor vem passando por mudanças por meio da mecanização dos processos, aprimoramento das práticas agrícolas e a diversificação da produção.

Estas mudanças bem como políticas públicas, investimentos públicos e privados e novas tecnologias impactaram na expansão de áreas agrícolas e aumento da produção e da produtividade, possibilitando ao Brasil, melhorar o abastecimento para a população e o agronegócio e também tornar-se um dos grandes exportadores de produtos agrícolas do mundo (ALBUQUERQUE, 2020).

Observa-se que nos últimos 20 anos a trajetória da produtividade brasileira sofreu diversas mudanças proporcionadas por alterações na formulação de políticas na abordagem das questões agrícolas no Brasil, iniciados em 1990 com a adoção do Plano Real, implantado em 1994, cujos princípios intencionavam amenizar a inflação e garantir a estabilidade da moeda (ALBUQUERQUE, 2020).

Posteriormente, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, com o intuito de gerar renda para os agricultores assentados de reforma agrária, por meio de financiamento de projetos individuais ou coletivos (BRASIL, 1996).

Em seguida, nos anos 2000, dentro do governo Lula, caracterizado por políticas assistencialistas e de transferências de renda, foram criados o plano de Reforma Agrária (2003) e também os programas: O Programa de Aquisição de Alimentos (2003), o Seguro da Agricultura Familiar (2004), o Programa Garantia-Safra que foi aperfeiçoado a partir de 2003. Nesse período, o PRONAF foi ampliado e passou a ser o principal programa de desenvolvimento rural (FAGNANI, 2011).

Já em 2008, as exportações brasileiras sentiram os impactos da grande crise internacional, que acarretou em redução de suas exportações agrícolas devido ao aumento generalizado no preço dos alimentos em nível mundial. No intuito de fortalecer sua economia interna, o Brasil adotou o programa Territórios da Cidadania, voltado para a superação da pobreza rural, na qual priorizava áreas com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) e baixos indicadores de dinamismo econômico (FAGNANI, 2011).

Por fim, a partir de 2012, alguns acontecimentos também foram importantes para os atuais resultados de redução da produtividade agrícola, como o forte período de seca e da intensa e prolongada recessão para a economia brasileira a partir de 2015 (FIGUEIREDO, 2020).

No intuito de melhor a produtividade agrícola o Brasil tem ampliado seus investimentos no setor rural, dentre elas destaca-se a produção de duas safras por ano em mesma área, incentivo ao uso de tecnologias mais sustentáveis, tais como: recuperação de pastagens degradadas; integração lavoura-pecuária-floresta; sistemas agroflorestais, sistema de plantio direto; florestas plantadas e tratamento de dejetos animais, bem como, outras políticas e ações para o fortalecimento da sustentabilidade do meio rural, como a Política Nacional de Biossegurança, o Código Florestal e o Cadastro Ambiental Rural (EMBRAPA, 2018).

Nas últimas três décadas a agricultura familiar brasileira vem ganhando espaço e reconhecimento nas estruturas ministeriais de governo, por meio da formulação e implementação de políticas públicas que oportunizam, em certa medida, processos inclusivos e dinâmicos capazes de instituir uma nova trajetória de atenção aos pequenos produtores no âmbito nacional (GRISA; SCHNEIDER, 2015)

De acordo com Gazzola e Schneider (2004) a criação do Pronaf foi um marco histórico na intervenção do Estado na agricultura Brasileira, para o setor da agricultura familiar. Neste sentido, Gazzola e Schneider (2013), destacam que este Programa

emerge como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram desenhados, visando integrar as ações governamentais para este segmento social.

As atividades rurais não agrícolas alcançaram um crescimento expressivo no Brasil desde os anos de 1990, advindas das alterações nas relações de trabalho no campo proporcionado pela modernização agrícola, possibilitando a agricultura uma interação com outros setores da economia e redes de produção cada vez mais especializadas, vindo a acarretar no aumento da produtividade do trabalho individualizado (SACCO DOS ANJOS, 2001).

A rotatividade da produção agrícola é um determinante importante do nível de empregos não-agrícolas, pois ele influencia o grau de integração da agricultura com a indústria, estimulando a demanda por insumos e serviços destinados à lavoura e o desenvolvimento da agroindústria local (NEY, 2010).

Ainda conforme Ney (2010) as atividades não-agrícolas podem ser derivadas também do consumo final da população rural, incluídos pela produção de bens e serviços não agropecuários tanto de origem rural como urbanas.

As atividades não agrícolas têm grande importância para as comunidades rurais, uma vez que surgem como estratégia para geração de empregos, proporcionando ganhos complementares e regulares, amenizando os problemas causados pela sazonalidade de certas culturas (FROTA et al., 2019).

Dentro da agricultura familiar, as atividades não agrícolas têm se tornado importante alternativa geradora de renda para a população que reside no meio rural, cujo agricultores e suas famílias têm sido atraídos cada vez mais para ocupar distintos postos de trabalho, além do agrícola, tais como turismo rural, agroindustrialização, comércio e prestação de serviços.

Segundo Schneider (2004), as atividades não agrícolas têm se apresentado com uma alternativa de trabalho para as mulheres, cuja participação no mercado de trabalho rural não agrícola apresenta uma variação de 65% a 93%, desde a década de 90.

De acordo com Silva (2009), o rendimento obtido na realização das atividades não agrícolas representa a independência financeira das jovens e das mulheres, cujo trabalho na agricultura familiar tende a ser desvalorizado e não remunerado.

1.2. O Assentamento Rural Celso Lúcio Moreira da Silva

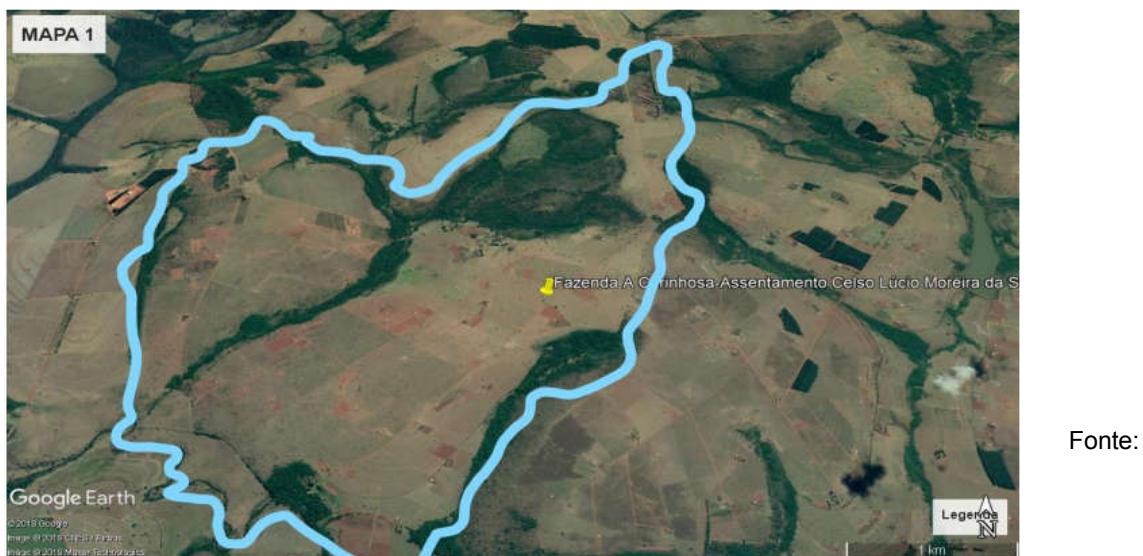
O assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva fica na Fazenda Carinhosa, no município de Uberlândia, distrito de Miraporanga, a cerca de 26 quilômetros do centro de Uberlândia, foi adquirida por R\$ 10,8 milhões, pagos em grande parte por Títulos da Dívida Agrária (TDA) (INCRA, 2018).

O nome foi dado em homenagem ao servidor do INCRA, Celso Lúcio Moreira da Silva, falecido em 2009. A escolha se deu por enquete feita entre funcionários e acolhida pelos moradores da fazenda, levando-se em conta sua contribuição para que o acampamento fosse reconhecido como assentamento (CONCEIÇÃO, 2019).

Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, área possui 1168 hectares, com 60 lotes já distribuídos entre 60 famílias, e as instalações do assentamento têm aproximadamente 10 anos (INCRA, 2020).

O assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva é coordenado pela Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia, dedicada principalmente à agricultura familiar agroecológica e conta com a colaboração de diferentes projetos extensionistas promovidos pela Universidade Federal de Uberlândia. A Fazenda Carinhosa faz parte do Assentamento Celso Luiz Moreira da Silva (Figura 1).

Figura 1 – Localização Geográfica do Assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva e da Fazenda Carinhosa



Google Earth (2020).

CAPÍTULO II

AS QUESTÕES DAS MULHERES DIANTE DE UM SISTEMA PRODUTIVO EXCLUDENTE E INCLUSIVO

A MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: “ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA”

O processo e a mobilização que dão origem aos assentamentos, coloca em debate não só o tema da terra, mas diversos outros que podem passar a compor uma agenda extensa, que envolve várias ordens de questões não estritamente ligadas à terra, mas também formas específicas de vivência da passagem para a condição de assentados, trazendo continuidades e rupturas em relação ao passado recente. Um deles certamente refere-se ao lugar da mulher e suas demandas específicas, relacionadas à titulação, crédito, saúde, educação etc (BRASIL, 2008).

A participação na produção dos assentamentos está, na maioria das vezes, limitada pelas responsabilidades desiguais entre homens e mulheres no trabalho reprodutivo das famílias. Com menor tempo para o trabalho produtivo e sem acesso às decisões de gestão da produção, as mulheres assentadas, assim como as agricultoras familiares, atuam, principalmente, nos quintais, garantindo a produção para o autoconsumo das famílias. Pelo fato de não ter acesso à renda monetária, o trabalho permanece invisível e desvalorizado para a economia dos assentamentos. (BRASIL, 2010)

Por isso, a histórica desigualdade de gênero atinge de forma particular as mulheres rurais, provocando uma série de consequências no que se refere ao sofrimento e adoecimento dessas mulheres. O reconhecimento tardio das mulheres rurais como trabalhadoras produtivas é um dos exemplos (PULGA et al., 2018)

Em suas respostas aos questionários, as mulheres relataram que participamativamente das atividades dentro do assentamento, tais como produção de artesanato para venda, plantio, cultivo e coleta da produção e também organização dos produtos para levar para feira e algumas participam das feiras expondo e vendendo os produtos, conciliando as atividades domésticas com as atividades do assentamento, conforme descrito abaixo:

“Plantamos, colhemos e levamos para a feira.” (002)

“Levanto cedo, preparamo o café, trato de galinha, colho os ovos, limpo a casa, lavo roupas, faço almoço, faço as quitandas pra cestas, ajudo na montagem das caixas que vão para o CIEPS, é muita coisa”. (003)

“Procuramos plantar de tudo um pouco, claro que dentro da estação e clima que cada planta exige, mas procurámos sempre oferecer, frutos, verduras,

tubérculos e raízes procuro ofertar bolos, quitandas e outros com produtos (alimentos) que nós mesmo produzimos" (004)

Não há dúvidas que, nesse processo, a presença de agentes de organizações – seja sindicato, movimento pastoral, organizações não-governamentais (ONGs), etc. – é fundamental, na medida em que têm um papel central na desnaturalização de determinados comportamentos, em uma dura batalha de se levar a pensar em reorganizar e refazer práticas do cotidiano (BRASIL, 2008).

Estudo realizado por Maia et al. (2018) demonstrou que os maiores desafios citados pelas agricultoras entrevistadas são o reconhecimento das atividades do grupo dentro e fora do assentamento; a geração de renda com os produtos artesanais; conseguir conciliar a vida de mãe, esposa e trabalhadora rural; resolver as divergências que ocorrem entre os grupos; a dificuldade de acesso ao local das reuniões e as dificuldades financeiras.

Ainda de acordo com seus resultados, todas as entrevistadas mencionaram que há ainda diferentes tratamentos destinados às mulheres dentro e fora do assentamento e, em muitos casos, os grupos não são reconhecidos como uma estratégia de inserção da mulher no âmbito rural/social (MAIA et al., 2018).

No estudo de Schmitz e Santos (2013), destacou-se que a maioria das mulheres que trabalham na agricultura em geral, embora realizem dupla ou tripla jornada, não recebem nada a mais pelo que fazem e muitas vezes seu trabalho é reconhecido como ajuda e também, cabe ao homem, considerado chefe da família, a tomada de decisões referente à unidade de produção, concernente à administração e o gerenciamento do dinheiro.

Em seu estudo com mulheres envolvidas nos assentamentos Timboré e Pendengo, no interior de São Paulo, Maia et al. (2018) observaram que as mulheres têm desenvolvido ações para geração de renda, por meio da transformação e agregação de valor aos produtos agropecuários ou tradicionais (pães, bolachas), bem como, confecção de diversos tipos de artesanatos.

As mulheres do assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva, relataram que desenvolvem atividades de grupo de artesanato, agricultura familiar e feira solidária, que se torna fonte de renda para as mulheres participantes, conforme falas transcritas abaixo:

"Participamos do grupo de artesanato e de uma feira solidária" (001)

“Agricultura e artesanato Plantamos, colhemos e levamos para a feira.”
(002)

“Agricultura familiar e Artesanato” (003)

“Procuramos plantar de tudo um pouco, claro que dentro da estação e clima que cada planta exige, mas procurámos sempre oferecer, frutos, verduras, tubérculos e raízes” (004)

CAPÍTULO III

AS NORMAS DE UM SISTEMA PRODUTIVO EXCLUIDENTE E INCLUSIVO E DESAFIOS

3.1. PNAE: Legislação e erário de merenda escolar

Com mais de 60 anos de existência, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atende os alunos de toda a rede pública da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas ao poder público), por meio da oferta de refeições e, de ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2019).

É repassado pelo governo federal, aos estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

Atualmente, segundo dados do PNAE (2019), o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53 (BRASIL, 2019).

Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009 (BRASIL, 2009), 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

O Cieps/UFU providencia a certificação do assentamento, de acordo com a regularização do Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (CIEPS, 2019).

Os assentamentos incubados ao Cieps/UFU podem oferecer seus produtos às prefeituras das cidades conveniadas, participando dos processos de chamadas públicas promovida pelos órgãos públicos, por meio do PNAE para utilizá-los na merenda escolar, contribuindo com uma alimentação de boa qualidade, altos valores nutricionais, livre de agrotóxicos e insumos que prejudicam a saúde (CIEPS, 2019).

O PNAE proporciona aos alunos da educação básica brasileira a oferta de uma alimentação saudável, com boa qualidade, variados e seguros, desenvolvendo a agricultura familiar nacional e estimulando a produção local, contribuindo de forma positiva aos produtores, gerando renda, emprego e inclusão produtiva (BRASIL, 2016).

REFERÊNCIAS

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Ed. UFSC, 5^a Edição, Cap. 3, p. .2, 2002.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense; 1996.

BRASIL. **Decreto nº 59.456**, de 4 de Novembro de 1966. Aprova os planos Nacional e Regionais de Reforma agrária e dá outras providências.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=9815:pnae-manual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-2-edicao>>. Acesso em [25 abr 2019].

BRASIL. Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **História da Reforma Agrária**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso: [04 jun 2019]

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso: [07 jun 2019]

BRASIL. **Lei Nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso: [18 jun 2019]

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil.**.. Brasília, DF: MDA, 2008. 240 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em [20 abr 2019]

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). **Políticas públicas para mulheres na reforma agrária.** Brasília, 2010. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_IICA_pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas-8920942.pdf>. Acesso: [07 jun 2019]

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 1.110**, de 09/07/1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm>. Acesso em [06 mar 2019].

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.947**, 16/06/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em [20 abr 2019]

CARVALHO, C.; SCHNEIDER, S. “Fornadjeras”: mulheres, mobilidade social e gênero na produção de aguardente (grogue) em comunidades rurais de Cabo Verde/África. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 215-232, 2013.

CARVALHO, A. I. **Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde.** In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 2. pp. 19-38.

CIEPS/UFU - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da Universidade Federal de Uberlândia. **Cieps**. Disponível em <<http://www.cieps.proexc.ufu.br/>>. Acesso em [10 mar 2019].

COSTA, A. A. A. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política**. In: MELO, H. P. M.; et al. (orgs.). Revista Gênero, 2013.

DELGADO, G. C.. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. NETZ, S. (Trad). 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONTANELLA, B. J. B.; LUCHESI, B. M.; SAIDEL, M. G. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R.; MELO, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: propostas de procedimentos para constatar saturação teórica. **Caderno de Saúde Pública**, v. 27, n. 2, p. 389-394, 2011.

FRANÇA, C. G.. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. [Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso: 07.06.2019]

FREITAS JUNIOR, M. A.; OLIVEIRA, E.; GABRIEL, B. J. Questões sobre o método etnográfico: um convite para reflexões .**Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**. Argentina, n. 17, Año 9, p. 7-19, 2019.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Famílias Assentadas – Histórico até 2016**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11934>>. Acesso em [10 ago 2019].

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em [10 ago 2019]

MACEDO, R. S.; MACEDO DE SÁ, S. M.. A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entretecimentos. **Curriculum sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 324-336, 2018

MAIA, A. H.; SANT'ANA, A. L.; SILVA, F. C.; ZARATIM, A. P. P.. Participação das mulheres a partir da formação de grupos produtivos em assentamentos rurais da microrregião de Andradina (SP). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**. Universidade Federal de Viçosa, v. 7, n.1, 2018.

MATTOS, C. L. G. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

MENDES, B. C.; QUINZANI, S. S. P.; MARQUES, A. Processo de regionalização gastronômica: vantagem ou desvantagem? **Revista Hospitalidade**. São Paulo, vol. XI, n° 1, p. 90-106, jun. 2014

NETO, J. V. R. Superintendência Estadual de MG: **Anteprojeto de Parcelamento da Fazenda A Carinhosa**, 2015.

PIRES, A. P. **Amostragem e pesquisa qualitativa**: ensaio teórico e metodológico. Petrópolis: Editora Vozes; 2008. p. 154-211.

PULGA, V. L.; Calaça, M.; Cinelli, C.; Cima, I. G. S. J. I. (Org.). **Mulheres camponesas : semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia**. Porto Alegre : Rede UNIDA, 2018. 269 p. ISBN: 978-85-54329-05-1. DOI: 10.18310/9788554329051

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 1-23, 2008.

SILVA, M. A. M. M.; RIBEIRO, A. E. M. As mulheres de Cachoeirinha: família, produção e gênero numa comunidade rural do Sul Mineiro. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 6, n 2, 2004.

TSUKAMOTO, Y.; ASARI, A. Y. Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação. **Rev. Geografia**, v. 12, n. 1, 2003.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. **Previdência Rural**: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. Brasília: ipea, 2016

APENDICES

APENDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **A ATUAÇÃO DA MULHER NO CULTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR VOLTADA À MERENDA ESCOLAR: ESTUDO ETNOGRÁFICO**”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Evely Ferreira do Nascimento e João Carlos de Oliveira do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Nesta pesquisa nós estamos buscando compreender o cotidiano das mulheres produtoras de agricultura familiar. Evidenciando a dinâmica da produção, as relações de gênero no contexto dos assentamentos, o modo como à produção é realizada e escoada.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Evely Ferreira do Nascimento durante sua presença no assentamento, onde você será comunicada da presença da pesquisadora, em seguida será convidada a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Termo de Autorização para Uso de Imagem (TAPUI). Após assinatura dos termos você será submetida a uma entrevista para responder ao questionário e posteriormente será realizado observações de campo para relatar o seu cotidiano.

Esclarecemos que o participante da pesquisa tem um tempo para decidir se quer participar conforme item IV da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nr. 466/12.

Na sua participação, você responderá a um questionário e posteriormente irá desenvolver suas atividades cotidianas que serão observadas e relatadas em diário de campo pela pesquisadora. A pesquisadora também irá fazer o registro fotográfico do seu cotidiano. Após a transcrição das gravações para a pesquisa, todo o material será desgravado.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em identificação dos participantes da pesquisa, porém todos os cuidados serão observados para que isso não ocorra. As pesquisadoras serão as únicas a terem acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo. A sua identidade não será revelada em nenhum momento. Você será identificado utilizando um código criado aleatoriamente pelas pesquisadoras sem relação com o seu nome ou quaisquer outros dados seus (sem utilização das iniciais ou outros itens que poderiam identificá-lo)..

Os benefícios serão. Este estudo contribuirá para os conhecimentos científicos e práticos multiprofissionais, bem como, auxiliar no planejamento e na implementação de intervenções para a manutenção e/ou para a melhoria da agricultura familiar.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Evely Ferreira do Nascimento e João Carlos de Oliveira do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia na Av. João Naves de Ávila, 2121 - Campus Santa Mônica Bloco H Sala 12 - 3291 5982: Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE B - Termo de Autorização para Uso de Imagem

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM (TAPUI)

Eu, _____, AUTORIZO os pesquisadores Evely Ferreira do Nascimento e João Carlos de Oliveira do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, a fixar, armazenar e exibir a minha imagem por meio de gravações, filmagens e fotografias, com o fim específico de inseri-la nas informações que serão geradas na pesquisa, pesquisa intitulada “A atuação da mulher no cultivo da agricultura familiar voltada à merenda escolar: estudo etnográfico”, e em outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais. A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso de minha imagem para os fins aqui estabelecidos e deverá sempre preservar o meu anonimato. Qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução deverá ser por mim autorizada. Os pesquisadores Evely Ferreira do Nascimento e João Carlos de Oliveira, asseguram-me que após a realização das gravações, filmagens e fotografias, será realizado a transcrição das gravações para a pesquisa, e posteriormente todo o material será desgravado.

Asseguram-me, também, que serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse de minhas imagens.

Asseguram-me ainda, que em nenhum momento serei identificado(a) e os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a minha identidade será preservada.

Uma via original deste Termo de autorização para uso de imagem (TAPUI) ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Evely Ferreira do Nascimento e João Carlos de Oliveira do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia na Av. João Naves de Ávila, 2121 - Campus Santa Mônica Bloco H Sala 12 - 3291 5982: Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres

Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

Apêndice C – Instrumento de Coleta de Dados

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:

- 1) Código Identificador: _____
- 2) Gênero: _____
- 3) Naturalidade: _____
- 4) Religião: _____
- 5) Cor: _____
- 6) Idade: _____
- 7) Quantidade/ filhos: _____
- 8) Estado Civil: _____
- 9) Qual atividade desenvolvida na comunidade/grupo: _____
- 10) Qual sua trajetória até chegar no grupo: _____
- 11) Porque pratica essa atividade: _____
- 12) Opinião sobre agricultura familiar: _____
- 13) Qual seu espaço dentro da agroecologia: _____
- 14) Recebe assessoria, se sim, de quem _____
- 15) De qual forma se dá essa assessoria: _____
- 16) Realizou ou realiza algum curso: _____
- 17) Quais suas perspectivas futuras: _____
- 18) Porque reside nesse local/assentamento: _____
- 19) Participa de outras atividades fora do grupo: _____
- 20) Como é seu dia de trabalho: _____
- 21) Qual a dinâmica de produção e de escoamento da mesma: _____
- 22) Qual a relação da sua família com a agroecologia: _____
- 23) Quando foi constituído o grupo de mulheres e por qual razão: _____
- 24) Existe uma interação dos outros moradores do assentamento com esse grupo: _____
- 25) Já existiu desistência de mulheres participantes do grupo, se sim, porque: _____
- 26) Como você se vê nesse grupo de mulheres: _____
- 27) Pretende encaminhar seus produtos para merenda escolar: _____
- 28) Ocupa algum cargo de liderança: _____
- 29) O que é para você ser uma mulher assentada: _____

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A ATUAÇÃO DA MULHER NO CULTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR VOLTADA À MERENDA ESCOLAR: ESTUDO ETNOGRÁFICO

Pesquisador: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 23005019.5.0000.5152

Instituição Proponente: PPGAT- MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.888.926

Apresentação do Projeto:

Trata-se de análise de respostas às pendências apontadas no parecer consubstanciado número 3.701.413, de 12 de Novembro de 2019.

Este trabalho pretende registrar a atuação da mulher na agricultura familiar, buscando a importância social desta atividade, sua funcionalidade e suas possíveis contribuições para fortalecimento do direcionamento de alimentos orgânicos à merenda escolar. Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, de caráter qualitativo, com o referencial metodológico da etnografia. Os instrumentos para a construção dos dados são: entrevistas, diário de campo e registros fotográficos. O objetivo deste estudo visa compreender a cultura do grupo de mulheres pertencentes ao assentamento Celso Lucio Moreira da Silva, produtoras de agricultura familiar, demonstrando a necessidade do direcionamento desses alimentos para a merenda escolar pública em Uberlândia, MG. As participantes serão mulheres assentadas que participam da agricultura familiar.

Critério de Inclusão:

Serão incluídas no estudo as mulheres que participam da agricultura familiar no assentamento Celso Lucio Moreira da Silva na cidade de Uberlândia, independente de sua cidade de origem e

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

CEP: 38.408-144

UF: MG

Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4131

E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 3.888.926

idade. Será imprescindível que as participantes assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e Termo de Autorização para Uso de Imagem.

Critério de Exclusão:

Serão excluídas desse estudo as mulheres que em qualquer momento declararem não querer participar da pesquisa, menores de idade, mulheres que se dedicam exclusivamente ao cuidado domiciliar e familiar e mulheres que exerçam outra atividade remunerada que não seja vinculada à produção na agricultura familiar.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO:

Compreender o cotidiano das mulheres produtoras de agricultura familiar evidenciando a dinâmica da produção, as relações de gênero no contexto dos assentamentos, o modo como a produção é realizada e escoada.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS:

- Descrever, por meio de estudos etnográficos, o cotidiano das mulheres assentadas que atuam na agricultura familiar;
- Demonstrar a importância social da agricultura familiar;
- Compreender como esta produção é escoada dentro do município de Uberlândia, MG.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A investigadora aponta que a pesquisa não utilizará métodos que ofereçam risco à dimensão física, psíquica, intelectual, moral, social, cultural ou espiritual do participante. Apresenta o risco de identificação dos participantes, mas compromete-se a criar códigos aleatórios sem relação com o nome ou quaisquer outros dados dos participantes. Em termos dos benefícios, aponta que o estudo contribuirá para os conhecimentos científicos e práticos multiprofissionais, bem como, entender por meio da observação de campo como é o cotidiano das mulheres trabalhadoras da agricultura familiar, sua importância social neste meio e como a produção de alimentos é realizada e escoada no município propiciando assim a manutenção da agricultura familiar.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

CEP: 38.408-144

UF: MG

Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4131

E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 3.888.926

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema relevante do ponto de vista científico e que pode trazer perspectivas importantes sobre o papel da mulher no contexto observado. Fazem-se necessários, no entanto, alguns ajustes em conformidade com a resolução nº 466/12.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos obrigatórios apresentados com o atendimento das pendências elencadas na análise.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas no parecer consubstanciado número 3.701.413, de 12 de Novembro de 2019, foram atendidas.

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: Abril de 2021.

* Tolerância máxima de 06 meses para atraso na entrega do relatório final.

Considerações Finais a critério do CEP:

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
 - b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
 - c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144

UF: MG Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4131

E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 3.888.926

Orientações ao pesquisador :

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_1429118.pdf	13/12/2019 16:10:23		Aceito
Outros	RespostaPendCEPpdf.pdf	13/12/2019 16:09:35	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	RespostaPendenCEP.docx	13/12/2019 16:09:13	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2018a_Novo_AlteracaoDestacada.pdf	13/12/2019 16:08:48	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEP_Novo_AlteracoesDestacadas.pdf	13/12/2019 16:08:32	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

CEP: 38.408-144

UF: MG

Município: UBERLANDIA

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4131

E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 3.888.926

Outros	TermoComprEquExec_Novo.pdf	02/12/2019 07:48:54	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	InstrumentoColetaDados_Novo.pdf	02/12/2019 07:48:25	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	AutorizacaolnInstColetaAssent_Novo.pdf	02/12/2019 07:47:55	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	TAPUI_Novo.pdf	02/12/2019 07:47:05	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2018a_Novo.pdf	02/12/2019 07:45:57	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEP_Novo.pdf	02/12/2019 07:45:40	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	LinkCurrLattes.pdf	17/09/2019 16:23:47	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoAssin.pdf	17/09/2019 16:19:33	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLANDIA, 28 de Fevereiro de 2020

Assinado por:
Karine Rezende de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144

UF: MG **Município:** UBERLANDIA

Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

Sistemas de Produção nas Ciências Agrárias



**Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Nítalo André Farias Machado
Kleber Veras Cordeiro
(Organizadores)**

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Nílito André Farias Machado
Kleber Veras Cordeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S623 Sistemas de produção nas ciências agrárias / Organizadores
Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos, Nílito André
Farias Machado, Kleber Veras Cordeiro. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-816-8
DOI 10.22533/at.ed.168211802

1. Ciências Agrárias. I. Silva-Matos, Raissa Rachel
Salustriano da (Organizadora). II. Machado, Nílito André
Farias (Organizador). III. Cordeiro, Kleber Veras
(Organizador). IV. Título.

CDD 630

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	1
ASISTENCIA TÉCNICA AGRÍCOLA PARA LA TRANSICIÓN DE LA AGRICULTURA DE SUBSISTENCIA A LA SOSTENIBLE, PARROQUIA BUENAVISTA, CANTÓN CHAGUARPAMBA, PROVINCIA DE LOJA, 2017	
Víctor Eduardo Chininín-Campoverde	
Nixon Andrés Hidalgo-Ochoa	
María Isabel Ordóñez-Hernández	
Fanny Yolanda González-Vilela	
Ricardo Miguel Luna Torres	
Betty María Luna Torres	
Franco Eduardo Hidalgo Cevallos	
Ignacia de Jesús Luzuriaga Granda	
Eduardo José Martínez Martínez	
DOI 10.22533/at.ed.1682118021	
CAPÍTULO 2.....	16
SISTEMAS DE PRODUÇÃO NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS	
Evely Ferreira do Nascimento	
João Carlos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1682118022	
CAPÍTULO 3.....	29
ANÁLISE DAS VARIÁVEIS ENVOLVIDAS NO SETOR PRODUTIVO DE UMA PROPRIEDADE RURAL DE 135 HECTARES LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO, RS	
Eduardo Dallavechia	
DOI 10.22533/at.ed.1682118023	
CAPÍTULO 4.....	35
DESEMPENHO PRÉ-COLHEITA E INCIDÊNCIA DE PRAGAS E DOENÇAS EM HÍBRIDOS DE SORGO GRANÍFERO SOB REGIME SEQUEIRO	
Inês de Moura Trindade	
Ana Paula Cândido Gabriel Berilli	
Paulo Moreira Coelho	
Geferson Rocha Santos	
Hércules dos Santos Pereira	
Pâmela Vieira Coelho	
Diego Pereira do Couto	
Mateus Vieira de Paula	
Marcos Winícios Alves dos Santos Gava	
Sávio da Silva Berilli	
Flávio Dessaune Tardin	
Cícero Beserra de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.1682118024	

CAPÍTULO 2

SISTEMAS DE PRODUÇÃO NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 13/10/2021

Evely Ferreira do Nascimento

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8968487117370683>

João Carlos de Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-0570-128X>

RESUMO: Este trabalho pretende registrar a atuação das mulheres na agricultura familiar, buscando a importância social desta atividade, sua funcionalidade e suas possíveis contribuições para fortalecimento do direcionamento de alimentos orgânicos à merenda escolar. Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, de caráter qualitativo, com o referencial metodológico da etnografia. Os instrumentos para a construção dos dados são: entrevistas, diário de campo e registros fotográficos. O objetivo deste estudo visa compreender a cultura do grupo de mulheres pertencentes ao assentamento Celso Lucio Moreira da Silva na área rural de Uberlândia no estado de Minas Gerais, produtoras de agricultura familiar, demonstrando a necessidade do direcionamento desses alimentos para a merenda escolar pública em Uberlândia, MG. As participantes são mulheres assentadas que

participam da agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Trabalhadoras; Agricultura Familiar; Assentamentos Rurais; Merenda Escolar.

SUSTENTABILIDADE: AGRICULTURA FAMILIAR PRODUZIDA POR MULHERES ASSENTADAS EM UBERLÂNDIA-MG

ABSTRACT: This work intends to register the performance of women in family farming, seeking the social importance of this activity, its functionality and its possible contributions to strengthen the directing of organic foods to school lunches. It is a descriptive exploratory research, of qualitative character, with the methodological framework of ethnography. The instruments for the construction of the data are: interviews, field diary and photographic records. The objective of this study is to understand the culture of the group of women belonging to the Celso Lucio Moreira da Silva settlement in rural Uberlândia in the state of Minas Gerais, producers of family farming, demonstrating the need to target these foods for public school lunches in Uberlândia , MG. The participants are settled women who participate in family farming.

KEYWORDS: Working Women; Family farming; Rural Settlements; School lunch.

INTRODUÇÃO

Este capítulo é o resultado da pesquisa de mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador realizada no Assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva, na Fazenda Carinhosa,

a 26 km do centro de Uberlândia-MG, no distrito de Miraporanga, que tem como objetivo compreender o cotidiano das mulheres produtoras de agricultura familiar, no contexto da dinâmica da produção, as relações de gênero no contexto dos assentamentos e o sistema da produção.

De acordo com dados do INCRA, no Brasil até o ano de 2016, existia cerca 1.348.484 famílias assentadas desde o início do Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo que 973.451 famílias vivem em assentamentos e áreas reformadas, totalizando 9.394 assentamentos em todo o país que ocupam uma área de 88.276.525,7811 hectares (INCRA, 2019).

Diante do exposto, pretende-se com este estudo, apresentar a atuação da mulher na agricultura familiar, buscando a importância social desta atividade, sua funcionalidade e suas contribuições para fortalecimento do direcionamento de alimentos orgânicos à merenda escolar.

Neste sentido, esta pesquisa pautou-se na busca dos esclarecimentos dos seguintes questionamentos: 1) a agricultura familiar medida os estudos e pesquisas etnográficos podem contribuir para compreender as lutas das mulheres agricultoras na produção orgânica? 2) em que medida a organização e produção delas podem atender ao fornecimento de produtos para o erário público em Uberlândia?

O presente estudo tem como objetivo apresentar o cotidiano das mulheres produtoras de agricultura familiar. Evidenciando a dinâmica da produção, as relações de gênero no contexto dos assentamentos e o modo como a produção é realizada e escoada.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, de caráter qualitativo, por meio de entrevistas e observações de modos de comportamentos (abordagem etnográfica), que será realizada com o grupo de mulheres pertencentes ao assentamento Celso Lucio Moreira da Silva, instalado na zona rural do município de Uberlândia-MG.

A pesquisa etnográfica dentre outros procedimentos para a coleta de dados, possibilita a estruturação de mapas, sensores do campo, construção de genealogias, realização de entrevistas, rompimento do estranhamento e, principalmente, a descrição das observações em um diário de campo (FREITAS JUNIOR; OLIVEIRA; GABRIEL, 2019).

O assentamento Celso Lucio Moreira da Silva, está localizado na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, possui 60 mulheres, sendo que 04 mulheres participaram deste estudo. O número de participantes foi determinado pela técnica de amostragem por saturação teórica de dados, ou seja, a finalização de dados se concretiza a partir do momento em que se observa que novos dados não são mais evidenciados para fornecer subsídios à teorização almejada, iniciando deste modo a repetição de informações que respondem às inquietações e ao objetivo da investigação (FONTANELLA et al., 2011).

Foram incluídas no estudo as mulheres, residentes no assentamento, que participam da agricultura familiar no assentamento Celso Lucio Moreira da Silva na cidade de Uberlândia, independente de sua cidade de origem e idade.

A coleta de dados foi realizada exclusivamente pela acadêmica pesquisadora. Por se tratar de trabalho etnográfico, as pessoas presentes no campo, foram comunicadas da presença da pesquisadora, em seguida as participantes que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Termo de Autorização para Uso de Imagem (TAPUI).

Utilizou-se para coleta de dados, dois instrumentos: Diário de Campo e registro fotográfico. O diário de pesquisa de campo possibilita ao pesquisador(a) descrever e analisar os fenômenos estudados, bem como compreender os lugares que serão relacionados pelo observador (WEBER, 2009). O Registro fotográfico se apresenta como fonte de dados em si mesma, e também pode ser instrumento e resultado (SANTOS, 2000).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Assentamento Rural Celso Lúcio Moreira da Silva

O assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva fica na Fazenda Carinhosa, no município de Uberlândia, distrito de Miraporanga, a cerca de 26 quilômetros do centro de Uberlândia, foi adquirida por R\$ 10,8 milhões, pagos em grande parte por Títulos da Dívida Agrária (TDA) (INCRA, 2018).

O nome foi dado em homenagem ao servidor do INCRA, Celso Lúcio Moreira da Silva, falecido em 2009. A escolha se deu por enquete feita entre funcionários e acolhida pelos moradores da fazenda, levando-se em conta sua contribuição para que o acampamento fosse reconhecido como assentamento (CONCEIÇÃO, 2019).

O assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva é coordenado pela Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia, dedicada principalmente à agricultura familiar agroecológica e conta com a colaboração de diferentes projetos extensionistas promovidos pela Universidade Federal de Uberlândia. A Fazenda Carinhosa faz parte do Assentamento Celso Luiz Moreira da Silva.

A agroecologia no assentamento

A palavra agroecologia tem como origem o latim, tendo como significado: “Agro - terra agricultável”, “eco - casa” e “logia - estudo”., sendo assim “agroecologia” traduz-se como o estudo das relações da natureza e do meio ambiente com a agricultura (RIBEIRO, 2019).

Altieri (2004), define a agroecologia como “(...) um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica

e ecológica”.

Observa-se que a agroecologia vem de encontro ao almejado pela agricultura familiar, possibilitando novas maneiras de cultivar e produzir a terra, bem como, permitindo as famílias participantes, novas perspectivas de trabalho e renda.

No intuito de estimular a agricultura familiar na região, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (PROEXC/UFU), criou o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/UFU), que tem como finalidade “assessorar, por meio da extensão, em indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, coletivos populares que geram trabalho e renda a partir dos princípios da Economia Popular Solidária” (CIEPS, 2019)

Os assentamentos/produtores incubados pelo Cieps/UFU recebem as sementes necessárias para o plantio, o acompanhamento do plantio conforme a legislação de produção de orgânicos e receberão também, auxílio de agrônomos da UFU, através de projetos da Universidade, com o intuito de garantir a utilização de forma correta do sistema agroecológico na produção. Os agricultores deverão reproduzi-las para os próximos plantios e para trocar com outros agricultores (CIEPS, 2019).

O CIEPS/UFU tem como importância, contribuir e orientar os produtores familiares quanto à utilização do método da agricultura orgânica, demonstrando os benefícios desta produção e auxiliando na produção e venda de alguns produtos orgânicos, na feirinha solidária da UFU entre eles: mandioca, abobrinha, cará, inhame, batata doce, couve, salsinha, cebolinha, limão, banana, farinha, polvilho, entre outros (ALVES, et al. 2018; BARROS et al., 2018).

Indagado as participantes sobre sua percepção e conhecimento sobre agroecologia, obteve-se as seguintes respostas:

“Meu espaço dentro da agroecologia, acredito que seja muito importante. Assim como de todos que participam devemos cumprir com nossas obrigações, respeitando a natureza, tendo responsabilidade na nossa produção”. (001)

“A agroecologia funciona com mutirões e trocas de conhecimento com os alunos da universidade e é muito importante para nós.” (002)

“Penso que o fato de alimentar os meus com que produzimos aqui já é uma relação gratificante, a agroecologia.” (003)

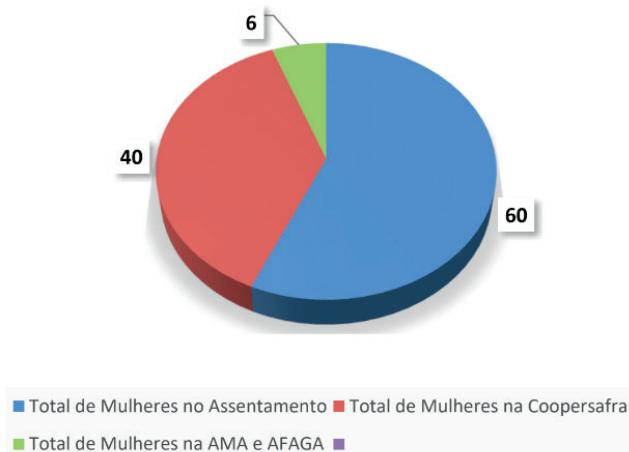
Mediante suas falas, as mulheres participantes da pesquisa compreendem a importância da agroecologia nas ações do assentamento, e o apoio e assessoria que recebem do CIEPS/UFU permitem a elas desenvolver uma agricultura sustentável e que respeita a natureza ao seu redor.

Agricultura familiar e sua importância social

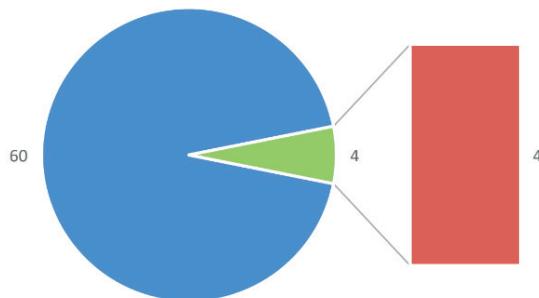
A agricultura familiar é uma atividade econômica prevista na legislação brasileira, por meio da Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Por esta são considerados agricultores e agricultoras familiares àqueles cidadãos e cidadãs que desenvolvem as práticas no meio rural e atendam aos quatro critérios específicos citados no referido artigo desta lei.

Deste modo, o segmento da agricultura familiar é integrado por assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, piscicultores, silvicultores, extrativistas e outros (BRASIL, 2006).

O assentamento tem 60 mulheres residentes, sendo que destas, 40 mulheres estão vinculadas na Coopersafra, 06 mulheres estão vinculadas a Associação AMA e AFAGA, conforme apresentado no gráfico abaixo:



Com relação a participação na pesquisa, do total de 60 mulheres residentes no Assentamento, somente 04 mulheres aceitaram participar desta pesquisa



■ Total de Mulheres no Assentamento ■ Total de Mulheres que participaram da Pesquisa

As mulheres participantes da pesquisa, relataram em suas falas a importância da agricultura familiar, conforme transcrito abaixo:

“A agricultura familiar é muito importante, porque se morámos na roça podemos plantar nosso próprio alimento. E quando vendemos é para comprar outros alimentos que não produzimos.” (001)

“É muito importante para todos nós” (002)

“A agricultura família é muito importante na sociedade, é quem leva o alimento a mesa do cidadão que está na cidade, como diz o ditado “se o trabalhador não planta, o homem da cidade não janta”” (004)

As políticas de apoio às produções dirigidas às mulheres rurais promoveram o seu reconhecimento como sujeitos sociais na economia rural e ampliaram seu acesso a esses serviços. Por intermédio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) – Setorial Mulheres, entre 2004 e 2009, mais de 31 mil mulheres foram beneficiadas e 16 milhões de reais foram investidos. Para qualificar as demandas das mulheres, foi criada ainda Rede Ater para Mulheres (FRANÇA, 2009).

Quem são essas mulheres e suas relações quanto ao gênero.

Observa-se na literatura que a maioria dos estudos realizados no Brasil sobre mulheres rurais buscaram considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização. Em seu estudo, Mendes et al. (2014) demonstram a necessidade das trabalhadoras rurais discutirem sobre as desigualdades de gêneros, a invisibilidade e a necessidade de valorização de seus trabalhos na agricultura familiar, bem como mudanças nas políticas públicas, de maneira a valorizar a contribuição dessas mulheres no desenvolvimento local e regional de maneira sustentável.

A participação na produção dos assentamentos está, na maioria das vezes, limitada

pelas responsabilidades desiguais entre homens e mulheres no trabalho reprodutivo das famílias. Com menor tempo para o trabalho produtivo e sem acesso às decisões de gestão da produção, as mulheres assentadas, assim como as agricultoras familiares, atuam, principalmente, nos quintais, garantindo a produção para o autoconsumo das famílias. Pelo fato de não ter acesso à renda monetária, o trabalho permanece invisível e desvalorizado para a economia dos assentamentos (BRASIL, 2010)

Em suas respostas, as mulheres deste estudo relataram que participam ativamente das atividades dentro do assentamento, tais como produção de artesanato para venda, plantio, cultivo e coleta da produção e também organização dos produtos para levar para feira e algumas participam das feiras expondo e vendendo os produtos, conciliando as atividades domésticas com as atividades do assentamento, conforme descrito abaixo:

"Plantamos, colhemos e levamos para a feira." (002)

"Levanto cedo, preparam o café, trato de galinha, colho os ovos, limpo a casa, lavo roupas, faço almoço, faço as quitandas pra cestas, ajudo na montagem das caixas que vão para o CIEPS, é muita coisa". (003)

"Procuramos plantar de tudo um pouco, claro que dentro da estação e clima que cada planta exige, mas procurámos sempre oferecer, frutos, verduras, tubérculos e raízes procuro ofertar bolos, quitandas e outros com produtos (alimentos) que nós mesmo produzimos" (004)

Não há dúvidas que, nesse processo, a presença de agentes de organizações – seja sindicato, movimento pastoral, organizações não-governamentais (ONGs), etc. – é fundamental, na medida em que têm um papel central na desnaturalização de determinados comportamentos, em uma dura batalha de se levar a pensar em reorganizar e refazer práticas do cotidiano (BRASIL, 2008).

Estudo realizado por Maia et al. (2018) demonstrou que os maiores desafios citados pelas agricultoras entrevistadas são o reconhecimento das atividades do grupo dentro e fora do assentamento; a geração de renda com os produtos artesanais; conseguir conciliar a vida de mãe, esposa e trabalhadora rural; resolver as divergências que ocorrem entre os grupos; a dificuldade de acesso ao local das reuniões e as dificuldades financeiras.

As mulheres do assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva, relataram que desenvolvem atividades de grupo de artesanato, agricultura familiar e feira solidária, que se torna fonte de renda para as mulheres participantes, conforme falas transcritas abaixo:

"Participamos do grupo de artesanato e de uma feira solidária" (001)

"Agricultura e artesanato Plantamos, colhemos e levamos para a feira." (002)

“Agricultura familiar e Artesanato” (003)

“Procuramos plantar de tudo um pouco, claro que dentro da estação e clima que cada planta exige, mas procurámos sempre oferecer, frutos, verduras, tubérculos e raízes” (004)

Nas figuras abaixo, demonstra-se as produções das mulheres, que são vendidas nas feiras solidárias.





Em seu estudo com mulheres envolvidas nos assentamentos Timboré e Pendengo, no interior de São Paulo, Maia et al. (2018) observaram que as mulheres têm desenvolvido ações para geração de renda, por meio da transformação e agregação de valor aos produtos agropecuários ou tradicionais (pães, bolachas), bem como, confecção de diversos tipos de artesanatos.

Tripé da sustentabilidade: ambiental, social e econômica

Os estudos e pesquisas etnográficas procuraram evidenciar a sustentabilidade nas relações com a agricultura familiar (mulher), pois elas são as grandes autoras na promoção desse tripé, pois em sua atuação dentro da agricultura familiar, elas cuidam da terra, desenvolve atividades sociais agrega valores econômicos para a comunidade que pertence por meio do artesanato e dos produtos produzidos e distribuídos para alimentação saudável escolar.

No Assentamento Celso Lucio Moreira da Silva as participantes da pesquisa deixaram registrado em suas falas as suas idéias e contribuições para o tripé da sustentabilidade.

"No artesanato foi uma forma que encontramos para nos reunir e passar o que sabíamos uma para as outras e também aprender sempre mais. Também achamos que necessitávamos de nos encontrar uma vez na semana para conversarmos um pouco, sair um pouco da rotina do trabalho da casa

Na feira escolhemos ter uma alimentação mais saudável, produzir sem usar nenhum tipo de agrotóxico. E principalmente passar aos clientes da feira que é possível plantar e colher sem usar nenhum tipo de veneno nas plantas". (001)

"Da produção ao escoamento, da plantação até à venda final ou consumo final Fazendo mutirões com o grupo e o grupo leva para a feira ... Plantamos, colhemos e levamos para a feira ... Os desafios são grandes. A gente trabalha o dia todo, mas com muito prazer". (002)

"Depois de um tempo morando e conhecendo melhor as companheiras, decidimos montar um grupo de mulheres, primeiro com troca de saberes, conhecimentos, e com intuito de tornar-mos mulheres emponderadas e realizadas ... Pelo prazer de ver e receber o reconhecimento de pessoas que levam para sua casa (família) alimentos saudáveis que ofertamos e também as peças de artesanato que levam como lembrança para alguém ou até mesmo para enfeitar sua própria casa. Satisfação, gratidão." (003)

"Desde criança tenho na memória o modo de cultivo que papai usava na horta (sem veneno) usando apenas recursos próprios. Adotamos esse sistema de nossos ancestrais aqui no assentamento. Graças a Deus a partir daí começamos entender melhor o ciclo da natureza. Hoje, depois de 04 anos nos sentimos livres para produzir alimentos saudáveis respeitando a natureza, nossas famílias e nossos consumidores ... A cooperativa funciona adotando os princípios da autogestão, compromisso coletivo e responsabilidade social.. Nossas principais demandas são voltadas para uma produção saudável com sustentabilidade, melhora da qualidade de vida dos cooperados, solidariedade e comercialização com preço justo, busca de melhores resultados e capacidade, negociação pela força coletiva (004)

As mulheres do assentamento Celso Lucio Moreira da Silva desenvolvem sua própria produção de alimentos, atuando desde o cultivo da terra, plantio, colheita e escoamento da produção para venda, bem como, desenvolvem atividades de artesanato, cujos produtos também são vendidos nas feiras comunitárias.

Percebe-se que a atuação das mulheres dentro do assentamento tem grande efetividade no fortalecimento do tripé da sustentabilidade: ambiental, social e econômica.

A ESTES como proposta de veiculação dos produtos provindos da agricultura familiar

Uma das finalidades da agroecologia agricultura familiar, trata-se da economia solidária, que é uma maneira dos pequenos produtores se unirem para, cultivar, produzir e comercializar os seus produtos, possibilitando melhor desenvolvimento e bem estar para o grupo (ALVES et al., 2018).

Nesta perspectiva de escoar a produção da agricultura familiar, as escolas se tornam um parceiro fundamental para receber esta produção e disponibilizar nas alimentações dos alunos e funcionários.

De acordo com Martins (2010) a agricultura familiar propicia experiências solidárias

de circulação da sua produção de alimentos em feiras locais, redes de comercialização ecológicas e canais institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos/Doação Simultânea e Compras da Agricultura Familiar para a merenda escolar.

A Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (ESTES/UFU) pode ser uma proposta de veiculação dos produtos provindos da agricultura familiar, pois a referida instituição.

A Escola Técnica de Saúde foi criada em 1972, iniciando suas atividades em 1973 com o Curso Técnico de Enfermagem. Inicialmente denominada Escola Técnica de Enfermagem Carlos Chagas (ETECC), pertenceu à extinta Fundação da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (FEMECIU), como estabelecimento privado de Ensino de 2º Grau. Após a federalização da Universidade de Uberlândia, a Escola Técnica de Enfermagem Carlos Chagas integrou-se à Universidade Federal de Uberlândia em 1981. (ESTES, 2020).

Atualmente, oferece 7 cursos do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde: Técnico em Análises Clínicas, Curso Técnico em Controle Ambiental, Curso Técnico/Auxiliar em Enfermagem, Curso Técnico/Auxiliar em Prótese Dentária, Curso Técnico em Saúde Bucal, Curso Técnico em Segurança do Trabalho e Curso Técnico em Meio Ambiente (Modalidade PROEJA – Educação Profissional de Jovens e Adultos) (ESTES, 2020).

Esta perspectiva de escoar sua produção para as escolas também é almejada pelas mulheres da agricultura familiar, conforme destacada em suas falas abaixo:

“Pretende encaminhar seus produtos para merenda escolar, pois será uma forma de nos ajudar e ajudar as crianças ao alimento sadio.” (001)

“Pretendemos encaminhar os produtos para que toda criança, jovem, adolescente, tenha uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos. E quero muito contribuir para que nossa geração futura tenha bons hábitos alimentares, começando na merenda escolar, porque dizem que na escola “é que se aprende.” (003)

“Manter uma horta saudável consorciada para atender família de baixa renda, merenda escolar, PNAE, consumidores exigentes, a sustentar a mim e minha família com nosso trabalho.” (004)

A ESTES/UFU enquanto instituição de ensino, com cursos voltados para a área da Saúde e área Ambiental, pode ser um parceiro primordial na agroecologia e agricultura familiar, recebendo da produção das mulheres do Assentamento Celso Lucio Moreira da Silva, e disponibilizando para seus alunos e professores, bem como, nos projetos de extensão realizados pela instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender a cultura do grupo de mulheres pertencentes ao assentamento Celso Lucio Moreira da Silva na área rural de Uberlândia no estado de Minas Gerais, produtoras de agricultura familiar, demonstrando a necessidade do direcionamento desses alimentos para a merenda escolar pública em Uberlândia, MG.

Observou-se neste estudo que as mulheres do Assentamento Celso Lucio Moreira da Silva tem grande participação dentro das atividades diárias do assentamento, ocupando espaço fundamental dentro da agricultura familiar.

Concernente ao escoamento e direcionamento de suas produções, verificou-se que os produtos são direcionados geralmente para as feiras solidárias e comunitárias e por vezes áqueles que compram os produtos diretamente no assentamento.

Todavia, apesar de ser consenso entre as mulheres e famílias do assentamento, o desejo de disponibilizar seus alimentos para as instituições de ensino, para oferta da merenda escolar em seus estabelecimentos, até o momento este anseio não foi efetivado.

Destaca-se que os objetivos deste estudo foram contemplados, bem como, as questões norteadoras foram sanadas.

Enfim, a experiência no assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva foi uma oportunidade de conhecer famílias e suas ações referentes a agroecologia e agricultura familiar, e de como a mulheres deste assentamento estão inseridas nesses espaços, tal como suas dúvidas e suas limitações para conseguirem marcar posição diante de uma sociedade enraizada em costumes e posições de gênero ainda em construção.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Tradução de Marília Marques Lopes. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALVES, D. S.; HIPÓLITO, S. S.; CARVALHO, T. R.; LEMOS, I. D.; TASSI, É. M. M.; BETANHO, C. **Curso de boas práticas de manipulação de alimentos para produtores agroecológicos**. Cadernos de Agroecologia. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v. 13, nº 1, 2018.

BARROS, D. E.; SILVA; F. A.; SOUZA, A. C. A.; RIBEIRO, M. C. P.; BETANHO, C. **Fazenda Carinhosa: Relato Popular**. Cadernos de Agroecologia. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v. 13, nº 1, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso: [07 jun 2019]

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2008. 240 p.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Políticas públicas para mulheres na reforma agrária**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_IICA_pol%C3%ADticas_P%C3%ABlicas-8920942.pdf>. Acesso: [07 jun 2019]

CIEPS/UFU - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da Universidade Federal de Uberlândia. **Cieps**. Disponível em <<http://www.cieps.proexc.ufu.br/>>. Acesso em [10 mar 2019].

CONCEIÇÃO, D.Q. A Educação Ambiental entre assentados do distrito de Miraporanga, Uberlândia/MG: percepções quanto à exploração e conservação dos recursos hídricos. Monografia (Licenciatura), Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia, 2019, 38 p.

ESTES - Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia. **Insitucional**. Disponível em: <<http://www.estes.ufu.br/node/2>>. Acesso em [10 dez 2018].

FONTANELLA, B. J. B.; LUCHESI, B. M.; SAIDEL, M. G. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R.; MELO, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: propostas de procedimentos para constatar saturação teórica. **Caderno de Saúde Pública**, v. 27, n. 2, p. 389-394, 2011.

FRANÇA, C. G. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. [Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso: 07.06.2019]

FREITAS JUNIOR, M. A.; OLIVEIRA, E.; GABRIEL, B. J. Questões sobre o método etnográfico: um convite para reflexões. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**. Argentina, n. 17, Año 9, p. 7-19, 2019.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Famílias Assentadas – Histórico até 2016**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11934>>. Acesso em [10 ago 2019].

INCRA. **Perfil dos assentamentos de Reforma Agrária: Minas Gerais, Assentamento P.A Celso Lúcio Moreira da Silva**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-criaassentamento-celso-lucio-em-uberlandia-mg>. Acesso em: [15 dez. 2018].

MAIA, A. H.; SANT'ANA, A. L.; SILVA, F. C.; ZARATIM, A. P. P. Participação das mulheres a partir da formação de grupos produtivos em assentamentos rurais da microrregião de Andradina/SP. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, p. 294-310, 2018. <https://doi.org/10.36363/rever712018294-310>

MARTINS, A. Agroecologia: modelo que une alimentos saudáveis e luta por Reforma Agrária. **Revista Sem Terra**: edição especial Agroecologia, 2010.

MENDES, B. C.; QUINZANI, S. S. P.; MARQUES, A. Processo de regionalização gastronômica: vantagem ou desvantagem? **Revista Hospitalidade**. São Paulo, vol. XI, nº 1, p. 90-106, jun. 2014

RIBEIRO, L. A. **As potencialidades e desafios da agroecologia na sua multidimensionalidade [recurso eletrônico]: o núcleo agroecológico do assentamento rural Canudos, Uberlândia - MG**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2019, 173 p.

SANTOS, P. L. **A imagem enquanto fonte de pesquisa: a fotografia publicitária**. Iniciação científica Cesumar, Maringá, v. 2, n. 2, p. 63-68, ago./dez. 2000.

A ATUAÇÃO DA MULHER NO CULTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR VOLTADA À MERENDA ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS ETNOGRÁFICOS

WOMEN'S PERFORMANCE IN THE GROWING OF FAMILY AGRICULTURE FOCUSED ON SCHOOL BREAKFAST: CONTRIBUTIONS TO ETHNOGRAPHIC STUDIES

RESUMO

Este trabalho resulta de estudos e pesquisas realizadas durante o Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT/IG/UFU), sobre a atuação das mulheres na agricultura familiar, pertencentes ao assentamento Celso Lucio Moreira da Silva na área rural de Uberlândia, Minas Gerais. A agricultura familiar tem uma história e seus contextos territoriais, por isso a busca da importância social desta atividade, sua funcionalidade e suas possíveis contribuições para fortalecimento na produção de alimentos orgânicos à merenda escolar. Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, de caráter qualitativo, tendo como contribuições o referencial metodológico da etnografia. Os instrumentos para a construção dos dados foram: entrevistas, diário de campo e registros fotográficos. O objetivo do estudo teve como foco compreender a cultura do grupo de mulheres produtoras – agricultoras familiares - demonstrando a necessidade do direcionamento desses alimentos para a merenda escolar para uma instituição pública federal em Uberlândia, MG.

Palavras-chave: Mulheres Trabalhadoras; Agricultura Familiar; Assentamentos Rurais; Merenda Escolar.

ABSTRACT

This work is the result of studies and research carried out during the Professional Master in Environmental Health and Occupational Health (PPGAT / IG / UFU), on the role of women in family farming, belonging to the Celso Lucio Moreira da Silva settlement in rural Uberlândia- Minas Gerais. Family farming has a history and its territorial contexts, which is why the search for the social importance of this activity, its functionality and its possible contributions to strengthen the targeting of organic foods for school lunches. It is a descriptive exploratory research, of qualitative character, having as contributions the methodological framework of ethnography. The instruments for the construction of the data can be and were: interviews, field diary and photographic records. The objective of the study was to understand the culture of the group of women producers of family farming, demonstrating the need to direct these foods to school meals for a federal public institution in Uberlândia, MG.

Keywords: Working Women; Family farming; Rural Settlements; School lunch.

INTRODUÇÃO

A concentração fundiária do país remonta a 1530, com a criação das capitâncias hereditárias e do sistema de sesmarias - glebas distribuídas pela Coroa Portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Iniciavam-se assim os latifúndios no país (INCRA, 2019).

De acordo com Delgado e Bergamasco (2017) a Reforma Agrária no Brasil sempre foi um tema polêmico, desde os primeiros debates acerca do tema, nos anos 1950, diferentes sujeitos, em diferentes posições no campo político, expressaram – mais ou menos formalizadamente suas posições favoráveis e contrárias a reforma agrária, cujas mobilizações de forma mais organizada ganharam dimensão nacional nos anos de 1950 e início de 1960.

A partir da década de 60, os políticos e governantes do Brasil, criaram órgãos, leis, decretos e programas para estimular e efetivar a reforma agrária no país, dentre elas destaca-se: criação Superintendência de Reforma Agrária e a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964; criação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1966; criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970; instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985; criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em 2000; e atualmente, o INCRA está vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 1964; BRASIL, 1966; BRASIL, 1970; BRASIL, 2010; INCRA, 2019)

Diante do exposto, Valadares e Galiza (2016) destacam que a Constituição Federal de 1988 promoveu um avanço ao estender também às mulheres os direitos trabalhistas, reconhecendo-as como trabalhadoras rurais e não apenas como dependentes de seus companheiros.

Para Bergamasco e Norder (1996) assentamentos rurais podem ser definidos como unidades de produção agrícola, criadas por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2016) no período de foram assentadas no Brasil 381,4 mil famílias no período de 2003 até 2006, 232,6 mil famílias (2007/2011) e 133,6 mil famílias no período de 2011-2015, demonstrando um declínio no número de famílias assentadas pelo INCRA neste país.

Ainda conforme dados do INCRA, desde o início do Programa Nacional de Reforma Agrária mais de 1.348.484 famílias foram assentadas no Brasil, sendo que cerca de 973.451 famílias vivem em assentamentos e áreas reformadas, totalizando 9.394 assentamentos em todo o país que ocupam uma área de 88.276.525,7811 hectares (INCRA, 2019).

Diante do exposto, pretende-se com este estudo, registrar a atuação da mulher na agricultura familiar, buscando a importância social desta atividade, sua funcionalidade e suas

possíveis contribuições para fortalecimento do direcionamento de alimentos orgânicos à merenda escolar.

De acordo com Carvalho e Schneider (2013), as mulheres, quando se organizam, ganham diferentes espaços e, ao mesmo tempo, surgem necessidades de mudanças nas estratégias de produção e reprodução da força de trabalho.

No entanto, Weitzman (2011) em seu estudo, apresenta críticas à forma como têm ocorrido às iniciativas de organização das mulheres nos assentamentos rurais, demonstrando que há uma dificuldade histórica para considerar o papel da mulher enquanto produtora de alimentos, bens e serviços, o que fica evidente pela tendência em concentrar o apoio às iniciativas das mulheres naquelas atividades que reforçam seu papel na unidade doméstica.

Partimos do entendimento de que a vida das agricultoras está envolta em uma totalidade de determinações sociais, ambientais, econômicas e políticas que vão muito além da sua história pessoal (CARVALHO, 2013).

Em seu estudo, Mendes et al. (2014) demonstram a necessidade de as trabalhadoras rurais discutirem sobre as desigualdades de gêneros, a invisibilidade e a necessidade de valorização de seus trabalhos na agricultura familiar, bem como mudanças nas políticas públicas, de maneira a valorizar a contribuição dessas mulheres no desenvolvimento local e regional de maneira sustentável.

Para Minayo (2011), durante a Conferência Mundial sobre Ciência, ocorrida em Budapeste, no ano de 1999, os cientistas reforçaram que: a) a ciência deve estar a serviço de toda a humanidade; b) a ciência deve contribuir para o conhecimento mais profundo da natureza e da sociedade; c) a ciência deve contribuir para a qualidade de vida e para criar um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras.

Neste sentido, este trabalho contempla a essência da ciência, pois visa apresentar a atuação das mulheres na cooperativa familiar em prol de uma sociedade melhor, um ambiente saudável para novas gerações e suas ações dentro da unidade de produção.

Observa-se na literatura que a maioria dos estudos realizados no Brasil sobre mulheres rurais buscou considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização. Tendo em vista que estes estudos revelem aspectos relacionados à situação de desigualdade enfrentada por estas mulheres, bem como a sua importância nas atividades agrícolas e o seu papel na reprodução social das famílias rurais, ainda existem lacunas quanto às circunstâncias opostas e às

alternativas a essa desigualdade (SILVA et al., 2004).

Sendo assim, esse estudo pretende apresentar as ações desenvolvidas pela mulher na agricultura familiar e ao fornecimento de alimentos de qualidade aos estudantes da rede pública federal de ensino de Uberlândia - MG, a fim de que estes promovam um entendimento de sua real condição, e, fazer com que essas mulheres compreendam a importância da sua função/atividade na agricultura familiar.

No intuito de estimular a agricultura familiar na região, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (PROEXC/UFU), criou o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/UFU), que tem como finalidade "assessorar, por meio da extensão, em indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, coletivos populares que geram trabalho e renda a partir dos princípios da Economia Popular Solidária" (CIEPS, 2019).

O Cieps/UFU assessorava trabalhadores que querem organizar iniciativas produtivas a partir dos princípios da Economia Popular Solidária e, no caso das organizações camponesas, apoia a promoção da transição agroecológica desses grupos e tem como importância, contribuir e orientar os produtores familiares quanto à utilização do método da agricultura orgânica, demonstrando os benefícios desta produção (CIEPS, 2019).

Os assentamentos/produtores incubados pelo Cieps/UFU recebem as sementes necessárias para o plantio, o acompanhamento do plantio conforme a legislação de produção de orgânicos e receberão também, auxílio de agrônomos da UFU, através de projetos da Universidade, com o intuito de garantir a utilização de forma correta do sistema agroecológico na produção. Os agricultores deverão reproduzi-las para os próximos plantios e para trocar com outros agricultores (CIEPS, 2019).

Este estudo se faz importante na medida em que se ancora em uma temática não muito explorada atualmente, conforme observado na revisão preliminar de literatura, podendo até mesmo, contribuir para a expansão da agricultura familiar liderada por mulheres, além da melhoria da merenda escolar, intervindo na qualidade de vida destes estudantes.

Entendemos que o contexto da agricultura familiar em Uberlândia-MG, realizado pelas mulheres do Assentamento Rural Celso Lúcio Moreira da Silva favorece o desenvolvimento de práticas e encaminhamento de produtos provindos da agricultura familiar para grupo de artesanato, feira solidária, participando também do plantio, colheita e venda da produção na feira.

Diante do exposto, este estudo teve o objetivo de compreender o cotidiano das mulheres produtoras de agricultura familiar. Evidenciando a dinâmica da produção, as relações de gênero no contexto dos assentamentos e o modo como a produção é realizada e escoada.

MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, de caráter qualitativo, por meio de entrevistas e observações de modos de comportamentos (abordagem etnográfica), que foi realizada com o grupo de mulheres pertencentes ao assentamento Celso Lucio Moreira da Silva, instalado na zona rural do município de Uberlândia-MG.

As pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2006).

A pesquisa etnográfica dentre outros procedimentos para a coleta de dados, possibilita a estruturação de mapas, sensos do campo, construção de genealogias, realização de entrevistas, rompimento do estranhamento e, principalmente, a descrição das observações em um diário de campo (FREITAS JUNIOR; OLIVEIRA; GABRIEL, 2019).

De acordo com Macedo e Macedo de Sá (2018), a abordagem etnográfica possibilita ao pesquisador uma atividade diária na conduta de uma investigação que aborda questões teórico-metodológicos e, também, termos éticos e políticos objetivando aprender com os sentidos e significados dos envolvidos na pesquisa e sua dinâmica cultural.

O caráter etnográfico se deu pelo fato de que a pesquisadora, de certo modo, “frequenta” alguns dos locais (espaços/territórios), em que trabalham as mulheres agricultoras, por exemplo, a “Feirinha Agroecológica da UFU”, que possuem dois momentos de exposição na UFU¹ (Campus Santa, aos sábados e no Campus Umuarama, às terça-feiras) e venda dos seus produtos, colocando-se como observadora atenta no campo de pesquisa, utilizando-se de recursos de diário de campo para relatar o cotidiano das sujeitas da pesquisa; realiza uma observação direta do espaço de convivência.

¹ No ano de 2020, em função da pandemia do COVID – 19, as vendas dos produtos das agricultoras foram redirecionadas, por meio de pedido no Whatzap, sendo os mesmos organizados em cestas e entregues no CIEPs, localizado na R. Francisco Vicente Ferreira, 560 - Progresso, Uberlândia - MG.

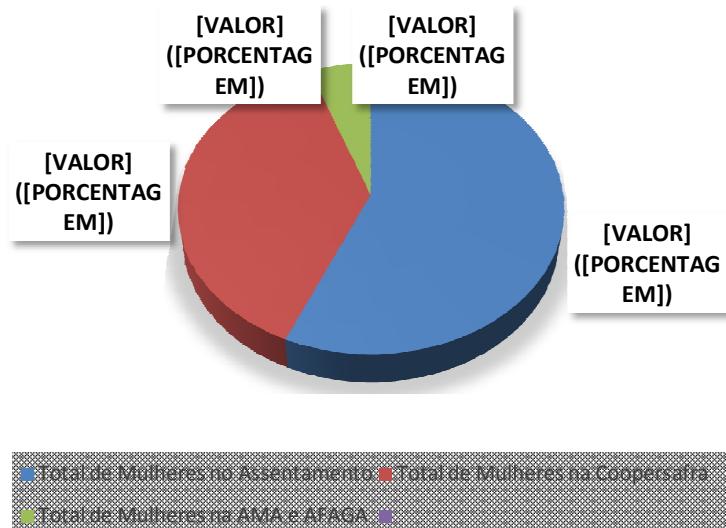
Com relação a estudos de gênero, Costa (2013) destaca que a pesquisa empírica é indispensável para identificar o movimento de constituição de sujeitos históricos, refletindo sobre as transformações pelas quais passaram e como criaram suas práticas cotidianas.

O número de participantes foi determinado pela técnica de amostragem por saturação teórica de dados, ou seja, a finalização de dados se concretiza a partir do momento em que se observa que novos dados não são mais evidenciados para fornecer subsídios à teorização almejada, iniciando deste modo a repetição de informações que respondem às inquietações e ao objetivo da investigação (FONTANELLA et al., 2011).

Esta pesquisa, contou com a participação de 04 (quatro) mulheres que residem no assentamento e desenvolvem atividades na agricultura, grupo de artesanato, feira solidária e participam também do plantio, colheita (aqui seria interessante os principais produtos cultivados pelas mulheres) e venda da produção na feira. (ESSE PARÁGRAFO DEVE IR PARA METODOLOGIA, INCLUSIVE É IMPORTANTE APONTAR O CRITÉRIO NA AMOSTRAGEM QUE CHEGOU A ESTAS 4 MULHERES)

O assentamento tem 60 mulheres residentes, sendo que destas, 40 mulheres estão vinculadas na Cooperativa de Economia Popular Solidaria da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia (COOPERSAFRA), 06 mulheres estão vinculadas a Associação de Mulheres Artesãs e Agricultura Familiar e Grupo de Afinidade – AFAGA (Gráfico 1).

Gráfico 1: Total de mulheres no assentamento, Uberlândia, Brasil.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020. Os Autores (2021).

No estudo foram incluídas as mulheres, agricultoras familiares residentes no assentamento Celso Lucio Moreira da Silva instalado na zona rural do município de Uberlândia, independente de sua cidade de origem e idade, que aceitaram participar da pesquisa e que ao concordarem com a participação, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Autorização para Uso de Imagem, totalizando assim, quatro (04) participantes.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia, conforme CAAE nr 23005019.5.0000.5152 e parecer número 3.701.413.

Este artigo é o resultado da pesquisa de Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT/IG/UFU) realizada no Assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva, na Fazenda Carinhosa, Distrito de Miraporanga, a 26 km do centro de Uberlândia-MG.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Assentamento Rural Celso Lúcio Moreira da Silva

O assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva fica na Fazenda Carinhosa, no município de Uberlândia, distrito de Miraporanga, a cerca de 26 quilômetros do centro de Uberlândia, adquirida pelo INCRA por R\$ 10,8 milhões , pagos em grande parte por Títulos da Dívida Agrária (TDA) (INCRA, 2018).

O nome foi dado em homenagem ao servidor do INCRA, Celso Lúcio Moreira da Silva, falecido em 2009. A escolha se deu por enquete feita entre funcionários e acolhida pelos moradores da fazenda, levando-se em conta sua contribuição para que o acampamento fosse reconhecido como assentamento (CONCEIÇÃO, 2019).

Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a área possui 1.168 hectares, com 60 lotes já distribuídos entre 60 famílias, e as instalações do assentamento têm aproximadamente 10 anos (INCRA, 2019; CONCEIÇÃO, 2019).

O assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva é coordenado pela Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia, dedicada principalmente à agricultura familiar agroecológica e conta com a assessoria de diferentes projetos extensionistas romovidos pela Universidade Federal de Uberlândia. A Fazenda Carinhosa faz parte do Assentamento Celso Luiz Moreira da Silva (Figuras 1 a 4).

Figuras 1 a 4: Vistas da Fazenda Carinhosa no Assentamento Celso Luiz Moreira da Silva, Uberlândia-MG, após a desapropriação.

Figura 01: Entrada do assentamento



Figura 02: Área de Curral



Figura 03: Local de manuseio da produção



Figura 04: Local de manuseio da produção



Fonte: Os autores, 2020.

Agricultura Familiar e Sua Importância Social

A agricultura familiar é uma importante categoria social, reconhecida pela Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), também conhecida como lei da agricultura familiar. Essa lei considera agricultores e agricultoras familiares àqueles cidadãos e cidadãs que desenvolvam as práticas no meio rural e atendam simultaneamente a quatro critérios específicos, citados no artigo terceiro da referida lei, que são:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

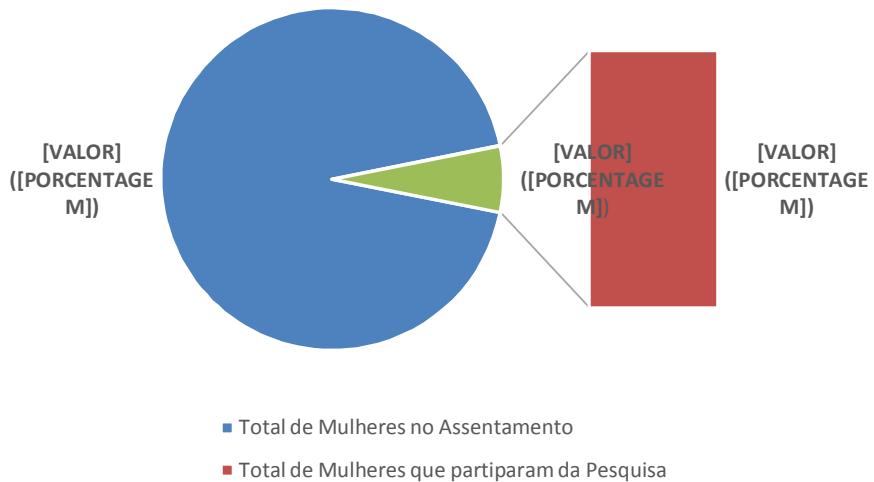
Deste modo, a agricultura familiar é composta por assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, piscicultores, silvicultores, extrativistas e outros (BRASIL, 2006).

A partir de 2003, o Programa Nacional de Reforma Agrária do Incra (PNRA), ampliou os direitos das mulheres à terra. Da inscrição de candidatos até a seleção dos beneficiários/as da Reforma Agrária, passaram a ser incluídos, em caráter obrigatório, os nomes da mulher e do homem, independente de estado civil. As famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na titulação da terra (BRASIL, 2010).

Desde então, o índice de mulheres titulares de lotes da reforma agrária aumentou de 24,1% em 2003 para 55,8% em 2007, e o total de mulheres chefes de família em relação ao total de beneficiários/as passou de 13,6% para 23% no mesmo período (FRANÇA, 2009).

Em relação à participação das mulheres do assentamento na pesquisa, do total de 60 mulheres residentes no Assentamento, somente 04 mulheres aceitaram participar desta pesquisa (Gráfico 2).

Gráfico 2: Total de mulheres participantes na pesquisa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020. Os Autores (2021).

As mulheres participantes da pesquisa, relataram em suas falas a importância da agricultura familiar (Falas agricultoras 01, 02 e 04):

“A agricultura familiar é muito importante, porque se morámos na roça podemos plantar nosso próprio alimento. E quando vendemos é para comprar outros alimentos que não produzimos.” (01)

“É muito importante para todos nós” (02)

“A agricultura família é muito importante na sociedade, é quem leva o alimento a mesa do cidadão que está na cidade, como diz o ditado “se o trabalhador não planta, o homem da cidade não janta” (04)

As políticas de apoio às produções dirigidas às mulheres rurais promoveram o seu reconhecimento como sujeitos sociais na economia rural e ampliaram seu acesso a esses serviços. Por intermédio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) – Setorial Mulheres, entre 2004 e 2009, mais de 31 mil mulheres foram beneficiadas e 16 milhões de reais foram investidos. Para qualificar as demandas das mulheres, foi criada ainda Rede ATER para Mulheres (FRANÇA, 2009).

Diante destes cenários e cotidianos em que temos uma cultura social de dominância patriarcal e machista, termos políticas públicas para consolidar outros, possíveis, mundos de relações de produção agrícola, onde as mulheres sejam verdadeiramente integradas aos sistemas produtivos e dos mundos dos trabalhos, mais solidários e coletivos, com certeza toda a sociedade ganha, seja por geração de emprego e renda, bem como uma maior integração dos sistemas produtivos.

Agricultura familiar: a relevância e o papel da mulher na economia solidária

O processo e a mobilização que dão origem aos assentamentos, coloca em debate não só o tema da terra, mas diversos outros que podem passar a compor uma agenda extensa, que envolve várias ordens de questões não estritamente ligadas à terra, mas também formas específicas de vivência da passagem para a condição de assentados, trazendo continuidades e rupturas em relação ao passado recente. Um deles certamente refere-se ao lugar da mulher e suas demandas específicas, relacionadas à titulação, crédito, saúde, educação etc. (BRASIL, 2008).

A participação na produção nos assentamentos está, na maioria das vezes, limitada pelas responsabilidades desiguais entre homens e mulheres no trabalho desenvolvido pelas famílias. Com menor tempo para o trabalho produtivo e sem acesso às decisões de gestão da produção,

as mulheres assentadas, atuam, principalmente, nos quintais, garantindo a produção para o autoconsumo das famílias. Pelo fato de não ter acesso à renda monetária, o trabalho permanece invisível e desvalorizado para a economia dos assentamentos (BRASIL, 2010).

Em suas respostas aos questionários, as mulheres relataram que participam ativamente das atividades dentro do assentamento, tais como produção de artesanato para venda, plantio, cultivo e coleta da produção e também organização dos produtos para levar para feira e algumas participam das feiras expondo e vendendo os produtos, conciliando as atividades domésticas com as atividades do assentamento (Falas das agricultoras 02, 03 e 04):

“Plantamos, colhemos e levamos para a feira.” (02)

“Levanto cedo, preparam o café, trato de galinha, colho os ovos, limpo a casa, lavo roupas, faço almoço, faço as quitandas pra cestas, ajudo na montagem das caixas que vão para o CIEPS, é muita coisa”. (03)

“Procuramos plantar de tudo um pouco, claro que dentro da estação e clima que cada planta exige, mas procuramos sempre oferecer, frutos, verduras, tubérculos e raízes procuro ofertar biscoitos, quitandas e outros com produtos (alimentos) que nós mesmo produzimos” (004)

Nas figuras 5 a 7, demonstram-se um pouco das produções das mulheres, que são vendidas nas feiras solidárias.

Figuras 5 a 7: Produção das agricultoras familiares.



Figura 5. Cachos de banana maçã

Figura 6: Conservas e Biscoitos

Figura 7: Doces

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020. Os Autores (2021).

No estudo de Schmitz e Santos (2013), eles destacaram que a maioria das mulheres que trabalham na agricultura em geral, embora realizem dupla ou tripla jornada, não recebem nada a mais pelo que fazem e muitas vezes seu trabalho é reconhecido como ajuda, enquanto que ao homem, considerado chefe da família, lhe é atribuído a responsabilidade pela tomada de decisões referente à unidade de produção, à administração e o gerenciamento do dinheiro.

Em seu estudo com mulheres envolvidas nos assentamentos Timboré e Pendengo, no interior de São Paulo, Maia et al. (2018) observaram que as mulheres têm desenvolvido ações para geração de renda, por meio da transformação e agregação de valor aos produtos agropecuários ou tradicionais (pães, bolachas), bem como confecção de diversos tipos de artesanatos (bolsas, chinelos, chaveiros, colchas de retalho, lençóis).

As mulheres do assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva, relataram que desenvolvem atividades de grupo de artesanato, agricultura familiar e feira solidária, que se torna fonte de renda para as mulheres participantes (Falas 001 a 004):

“Participamos do grupo de artesanato e de uma feira solidária” (001)
“Agricultura e artesanato Plantamos, colhemos e levamos para a feira.” (002)
“Agricultura familiar e Artesanato” (003)
“Procuramos plantar de tudo um pouco, claro que dentro da estação e clima que cada planta exige, mas procurámos sempre oferecer, frutos, verduras, tubérculos e raízes” (004)

O Município de Uberlândia criou a Lei nº 13.146, de 25 de julho de 2019, que dispõe sobre a adoção de princípios, critérios, definições e diretrizes federais para fins de atos públicos de liberação da atividade econômica e de classificação de atividades econômicas de baixo risco, e dá outras providências (PMU, 2019).

As mulheres do assentamento Celso Lucio Moreira da Silva desenvolvem sua própria produção de alimentos, atuando desde o cultivo da terra, plantio, colheita e escoamento da produção para venda, bem como desenvolvem atividades de artesanato, cujos produtos também são vendidos nas feiras comunitárias.

O PNAE: Legislação e orçário de merenda escolar

Com mais de 60 anos de existência, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atende os alunos de toda a rede pública da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas ao poder público), por meio da oferta de refeições e, de ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2019).

O recurso financeiro é repassado pelo governo federal, aos estados, municípios e escolas federais, efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

Atualmente, segundo dados do PNAE (2019), o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53 (BRASIL, 2019).

Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009 (BRASIL, 2009), 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

O Cieps/UFU providencia a certificação do assentamento, de acordo com a regularização do Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (CIEPS, 2019).

Os assentamentos incubados ao Cieps/UFU podem oferecer seus produtos às prefeituras das cidades conveniadas, participando dos processos de chamadas públicas promovidas pelos órgãos públicos, por meio do PNAE para utilizá-los na merenda escolar, contribuindo com uma alimentação de boa qualidade, altos valores nutricionais, livre de agrotóxicos e insumos que prejudicam a saúde (CIEPS, 2019).

O PNAE proporciona aos alunos da educação básica brasileira a oferta de uma alimentação saudável, com boa qualidade, variados e seguros, desenvolvendo a agricultura familiar nacional e estimulando a produção local, contribuindo de forma positiva no fortalecimento dos agricultores familiares, através da geração de renda, emprego e inclusão produtiva (BRASIL, 2016).

A ESTES como proposta de veiculação dos produtos provindos da agricultura familiar.

Uma das finalidades da agroecologia agricultura familiar, trata-se da economia solidária, que é uma maneira dos agricultores familiares se unirem para, cultivar, produzir e comercializar os seus produtos, possibilitando melhor desenvolvimento e bem estar para o grupo (ALVES et al., 2018).

Nesta perspectiva de escoar a produção da agricultura familiar, as escolas se tornam um grande mercado institucional para receber esta produção e disponibilizar nas alimentações dos alunos e funcionários.

De acordo com Martins (2010) a agricultura familiar propicia experiências solidárias de circulação da sua produção de alimentos em feiras locais, redes de comercialização ecológicas e canais institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos/Doação Simultânea e Compras da Agricultura Familiar para a merenda escolar.

A ESTES (Escola Técnica da Saúde)/UFU pode ser uma instituição que viabilizar a proposta e possibilidade de veiculação dos produtos provenientes da agricultura familiar, enquanto instituição de ensino (Rede Federal), com cursos técnicos voltados para o Eixo Tecnológico (AMBIENTE E SAÚDE²), ampliando as parcerias no contexto da agroecologia e agricultura familiar, recebendo da produção das mulheres do Assentamento Celso Lucio Moreira da Silva, e disponibilizando para seus alunos e professores, bem como, nos projetos de extensão realizados pela instituição.

A ESTES recebe verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para compra de merenda escolar, mas ainda não realiza a Chamada Pública para aquisição dos alimentos. Acerca dos recursos disponibilizados para BRASIL (2009), a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, dispõe que no:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009, p. 6).

Esta perspectiva de escoar sua produção para as escolas também é almejada pelas mulheres da agricultura familiar (Falas das agricultoras 01, 03 e 04):

“Pretende encaminhar seus produtos para merenda escolar, pois será uma forma de nos ajudar e ajudar as crianças ao alimento saudável.” (001)

“Pretendemos encaminhar os produtos para que toda criança, jovem, adolescente, tenha uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos. E quero muito contribuir para que nossa geração futura tenha bons hábitos alimentares, começando na merenda escolar, porque dizem que na escola “é que se aprende.” (003)

“Manter uma horta saudável consorciada para atender família de baixa renda, merenda escolar, PNAE, consumidores exigentes, a sustentar a mim e minha família com nosso trabalho.” (004)

² Para maiores informações acessar: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>. Acesso: 04 de janeiro de 2021.

A ESTES, atualmente, não realiza a compra de merenda por não dispor local adequado para o preparo dos alimentos, tampouco profissionais para tal, e devolve as verbas ao FNDE (ESTES, 2018). Para enfrentar esse problema, a Escola organizou uma Comissão de Merenda Escolar para realizar o estudo acerca dos requisitos para implantação da compra, vindo a definir sobre a possibilidade de aquisição de alimentos processados, produzidos por organizações de agricultores, tornando-se compradora da agricultura familiar, de forma a atender a legislação, ao passo que promove desenvolvimento social.

Dentre os produtos produzidos e comercializados pelas agricultoras familiares do assentamento Celso Lucio Moreira da Silva a ESTES tem a possibilidade de adquirir, para a merenda escolar de seus alunos os seguintes produtos: biscoitos de polvilho; bolos (frutas, mandioca, cenoura, erva cidreira); geleias de frutas; tortas (frango, queijo, vegetais, plantas alimentícias não convencionais); rosca caseiras; pães (mandioca, batata doce, leite, milho, queijo); sucos de fruta.

Para isso é necessário a ESTES adequar-se os preceitos da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 e seguir os trâmites necessários para efetivar a parceria entre a Instituição de Ensino e as agricultoras familiares e suas representações, para o fornecimento de merenda escolar aos seus estudantes.

Diante do que foi pesquisado, observado e vivenciado acredita-se ser possível a concretização e a consolidação desta importante política pública no contexto da agricultura familiar, aqui com maior ênfase das agricultoras familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender a cultura do grupo de mulheres pertencentes ao Assentamento Celso Lucio Moreira da Silva na área rural de Uberlândia no estado de Minas Gerais, produtoras da agricultura familiar, demonstrando a necessidade do direcionamento desses alimentos para a merenda escolar pública em Uberlândia, MG.

Observou-se neste estudo que as mulheres do Assentamento Celso Lucio Moreira da Silva têm grande participação dentro das atividades diárias do assentamento, ocupando espaço fundamental na agricultura familiar.

Concernente ao escoamento e direcionamento de suas produções, verificou-se que os produtos são direcionados geralmente para as feiras solidárias e comunitárias e por vezes àqueles que compram os produtos diretamente no assentamento.

Todavia, apesar de ser consenso entre as mulheres e as famílias do assentamento, o desejo de comercializar seus alimentos para as instituições de ensino, para uso na merenda escolar em seus estabelecimentos, este anseio até o momento não foi efetivado.

Destaca-se que os objetivos deste estudo foram contemplados, bem como, as questões norteadoras foram sanadas.

Enfim, a experiência no Assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva foi uma oportunidade de conhecer famílias e suas ações referentes a agroecologia e agricultura familiar, e de como a mulheres deste assentamento estão inseridas nesses espaços, tal como suas dúvidas e suas limitações para conseguirem marcar posição diante de uma sociedade enraizada em costumes e posições de gênero ainda em construção.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R.; BECKER, C.; NASCIMENTO, S. G. S.; ÁVILA, M. R. Percepção ambiental e agricultura familiar: o caso da cooperativa "agroecologia, terra, pampa e fronteira". **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v.8, n.3, p.104-114, 2018

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense; 1996.

BRASIL. **Decreto nº 59.456**, de 4 de Novembro de 1966. Aprova os planos Nacional e Regionais de Reforma agrária e dá outras providências.

BRASIL. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> Acesso em [21 jan 2021).

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=9815:pnae-manual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-2-edicao>>. Acesso em [25 abr 2019].

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso: [07 jun 2019]

BRASIL. **Lei Nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso: [18 jun 2019]

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil.**. Brasília, DF: MDA, 2008. 240 p.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). **Políticas públicas para mulheres na reforma agrária**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_IICA_pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas-8920942.pdf>. Acesso: [07 jun 2019]

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2019. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em [20 abr 2019]

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). **Políticas públicas para mulheres na reforma agrária**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_IICA_pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas-8920942.pdf>. Acesso: [07 jun 2019]

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 1.110**, de 09/07/1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm>. Acesso em [06 mar 2019].

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.947**, 16/06/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em [20 abr 2019]

CARVALHO, C.; SCHNEIDER, S. “Fornadjeras”: mulheres, mobilidade social e gênero na produção de aguardente (grogue) em comunidades rurais de Cabo Verde/África. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 215-232, 2013.

CARVALHO, A. I. **Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde**. In Fundação Oswaldo Cruz. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 2. pp. 19-38.

CIEPS/UFU - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da Universidade Federal de Uberlândia. **Cieps**. Disponível em <<http://www.cieps.proexc.ufu.br/>>. Acesso em [10 mar 2019].

CONCEIÇÃO, D. Q. A Educação Ambiental entre assentados do distrito de Miraporanga, Uberlândia/MG: percepções quanto à exploração e conservação dos recursos hídricos. 2019. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

COSTA, A. A. A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, H. P. M.; et al. (orgs.). Revista Gênero, 2013.

DELGADO, G. C.. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

ESTES/UFU – Escola Técnica de Saúde/Universidade Federal de Uberlândia. **Relatório da Comissão de Merenda Escolar.** Uberlândia. 2018.

ESTES - Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia. **Insitucionial.** Disponível em: <<http://www.estes.ufu.br/node/2>>. Acesso em [10 dez 2020].

FONTANELLA, B. J. B.; LUCHESI, B. M.; SAIDEL, M. G. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R.; MELO, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: propostas de procedimentos para constatar saturação teórica. **Caderno de Saúde Pública**, v. 27, n. 2, p. 389-394, 2011.

FRANÇA, C. G.. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso: [07 jun 2019]

FREITAS JUNIOR, M. A.; OLIVEIRA, E.; GABRIEL, B. J. Questões sobre o método etnográfico: um convite para reflexões. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social.** Argentina, n. 17, Año 9, p. 7-19, 2019.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4^a Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Famílias Assentadas – Histórico até 2016.** 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11934>>. Acesso em [10 ago 2019].

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **História da Reforma Agrária.** Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso: [04 jun 2019]

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em [10 ago 2019]

MACEDO, R. S.; MACEDO DE SÁ, S. M.. A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entretecimentos. **Curriculum sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 324-336, 2018

MAIA, A. H.; SANT'ANA, A. L.; SILVA, F. C.; ZARATIM, A. P. P.. Participação das mulheres a partir da formação de grupos produtivos em assentamentos rurais da microrregião de Andradina (SP). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**. Universidade Federal de Viçosa, v. 7, n.1, 2018.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, B. C.; QUINZANI, S. S. P.; MARQUES, A. Processo de regionalização gastronômica: vantagem ou desvantagem? **Revista Hospitalidade**. São Paulo, vol. XI, nº 1, p. 90-106, jun. 2014

MINAYO, M. C. S. **Indivíduo e Sociedade: Pesquisadores debatem a dimensão social das questões da Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Editora RADIS. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP). 2011. Disponível: <<http://www.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/107/pdf/radis-107.pdf>>. Acessado em: [20 nov 2020].

PMU – Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei nº 13.146, de 25 de julho de 2019**. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2019/1314/13146/lei-ordinaria-n-13146-2019-dispoe-sobre-a-adocao-de-principios-criterios-definicoes-e-diretrizes-federais-para-fins-de-atos-publicos-de-liberacao-da-atividade-economica-e-de-classificacao-de-atividades-economicas-de-baixo-risco-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: [10 nov 2020].

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. S. A Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura Familiar. **Anais**.... Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, UFSC, Florianópolis, 2013.

SILVA, M. A. M. M.; RIBEIRO, A. E. M. As mulheres de Cachoeirinha: família, produção e gênero numa comunidade rural do Sul Mineiro. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 6, n 2, 2004.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. **Previdência Rural**: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. Brasília: IPEA, 2016

WEITZMAN, R. **Mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural**. In: Butto, Andrea. Dantas, Isolda (Orgs.). Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA/ NE/0. 2011, p. 90.